

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
INSTITUTO DE NUTRIÇÃO JOSUÉ DE CASTRO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

**INVESTIGAÇÃO DOS LOCAIS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS SEGUNDO A  
SEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO  
BRASIL E REGIÕES**

Roberta Teixeira de Oliveira

RIO DE JANEIRO

2023

Roberta Teixeira de Oliveira

**INVESTIGAÇÃO DOS LOCAIS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS SEGUNDO A  
SEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO  
BRASIL E REGIÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Nutrição (PPGN), do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Nutrição Humana.

Orientadora: Rosana Salles da Costa  
Coorientador: Paulo César de Castro Junior

RIO DE JANEIRO  
2023

Oliveira, Roberta Teixeira de.

Investigação dos locais de aquisição de alimentos segundo a segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar no Brasil e regiões. / Roberta Teixeira de Oliveira. – Rio de Janeiro: UFRJ / Centro de Ciências da Saúde, Instituto de Nutrição Josué de Castro, 2023.

99 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Rosana Salles da Costa.

Coorientador: Paulo César de Castro Junior.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Nutrição Josué de Castro, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, 2023.

Referências: f. 74-82.

1. Insegurança Alimentar. 2. Abastecimento de Alimentos. 3. Comportamento Alimentar. 4. Indicadores Sociais. 5. Fatores Socioeconômicos. 6. Características da Família. 7. Nutrição - Tese. I. Costa, Rosana Salles da . II. Castro Junior, Paulo César Pereira de. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição Josué de Castro, Programa de Pós-Graduação em Nutrição. IV. Título.

Roberta Teixeira de Oliveira

**INVESTIGAÇÃO DOS LOCAIS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS SEGUNDO A  
SEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO  
BRASIL E REGIÕES**

Dissertação submetida ao corpo docente do programa de pós-graduação em Nutrição (PPGN), do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Nutrição Humana.

Aprovada em: 17/07/2023.

Examinada por:

---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Aline Alves Ferreira**  
Doutora em Epidemiologia  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Daniella da Silva Canela**  
Doutora em Nutrição em Saúde Pública  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Mariana Carvalho de Menezes**  
Doutora em Enfermagem  
Universidade Federal de Ouro Preto

RIO DE JANEIRO  
2023

## DEDICATÓRIA

A minha avó Maria das Graças (in memoriam), que constantemente me encorajou a seguir os meus sonhos, e a minha família pelo amor incondicional.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus pelo cuidado.

Aos meus pais, Solange e Paulo, por terem me guiado com sabedoria e por se fazerem presentes em todos os momentos. Aos meus irmãos Rodrigo, Roberto e Miguel por serem meu porto seguro e ao meu avô Oswaldo por sempre ter sido meu incentivador.

Ao meu namorado Wellerson Biebe, pelo apoio durante toda jornada do mestrado, sempre me ajudando a enxergar o lado bom de todo processo.

À minha amiga Thaisa Balbueno, pela compreensão diante minhas ausências apoiando-me em cada passo e celebrando minhas conquistas.

À minha orientadora, Professora Dr<sup>a</sup>. Rosana Salles da Costa, por ter sido uma fonte contínua de inspiração ao longo deste caminho. Sou grata pelo acolhimento que recebi, pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos e por sempre me incentivar a persistir, superar as dificuldades e buscar a excelência em cada etapa do meu trabalho.

Ao meu coorientador, Professor Dr. Paulo César de Castro Junior, por compartilhar sua experiência e paixão pela área de estudo. Sua contribuição foi de extrema importância e deixou uma marca significativa em minha jornada acadêmica.

Aos membros da banca de qualificação e da defesa, Professora. Dr<sup>a</sup> Aline Ferreira, Professora. Dr<sup>a</sup> Daniela Canella e Professora. Dr<sup>a</sup> Mariana Menezes, pelas valiosas contribuições que enriqueceram significativamente o meu trabalho.

Às minhas companheiras de pesquisa do meu amado grupo GISAN, pela escuta e pelo acolhimento. Vocês foram fundamentais nesse processo.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos concedida ao longo dos dois anos do meu mestrado. O apoio financeiro fornecido pelo CNPq foi fundamental para que eu pudesse me dedicar integralmente à minha pesquisa e avançar no campo da ciência.

Obrigada.

## EPÍGRAFE

*“Num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem.”*

*Milton Santos*



É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

## RESUMO

---

Oliveira RT. **Investigação dos locais de aquisição de alimentos segundo a segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar no Brasil e regiões.** [Dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição Josué de Castro, 2023.

**Introdução:** A garantia de acesso igualitário e justo aos locais onde se adquirem alimentos desempenha um papel essencial na segurança alimentar e nutricional. Um comércio de alimentos bem desenvolvido tende a oferecer maior diversidade de alimentos saudáveis, contribuindo para reduzir a insegurança alimentar (IA). Por outro lado, em regiões com acesso limitado a estabelecimentos adequados e infraestrutura precária, a IA pode ser mais prevalente. **Objetivo:** Avaliar os locais de aquisição de alimentos de acordo com a segurança alimentar e níveis de IA em famílias brasileiras. **Métodos:** Utilizou-se microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, analisando amostra representativa de 55.920 domicílios. A aquisição de alimentos foi coletada por registros da caderneta de aquisição coletiva do domicílio no período de sete dias. Os locais de aquisição de alimentos foram agrupados de acordo com suas características em (supermercados, pequenos mercados e feiras/hortifrutis). A segurança alimentar (SA) e os níveis de insegurança alimentar (IA) foram analisados por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Estimou-se as prevalências segundo os locais de aquisição de acordo com a segurança alimentar (SA) e níveis de IA do domicílio no país e regiões. **Resultados:** As feiras/hortifrutis apresentaram prevalências semelhantes entre domicílios em segurança alimentar e níveis de IA. Em relação às macrorregiões, famílias de domicílios em SA, localizados na região Nordeste, realizaram preferencialmente suas aquisições nos pequenos mercados (43,2%), enquanto nas regiões Sul (54,9%), Sudeste (53,6%) e Centro Oeste (52%), a aquisição foi significativamente maior nos supermercados ( $p$ -valor $<0,001$ ). Nas regiões Norte e Nordeste, os pequenos mercados foram os locais de maior aquisição de alimentos entre famílias com IA leve (48,3% e 49,5%, respectivamente;  $p$ -valor $<0,001$ ), enquanto que nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste os supermercados foram os locais de maior aquisição de alimentos entre famílias na

mesma condição de IA (51%, 51,4%, 47,5% respectivamente; p-valor<0,001). Em todas as macrorregiões, nas famílias com as formas severas de IA, os pequenos mercados foram os principais locais de aquisição, sendo significativo nas regiões Norte e Nordeste (p-valor<0,001). **Conclusão:** Esses resultados ressaltam a importância de considerar a disponibilidade e acessibilidade dos diferentes locais de aquisição de alimentos ao analisar o acesso à alimentação adequada captada pelo indicador de IA. Além disso, enfatizam a necessidade de políticas e programas que visem melhorar o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, especialmente para as famílias em situação de IA moderada ou grave, que tendem a depender mais dos pequenos mercados.

**Descritores:** abastecimento alimentar, insegurança alimentar, ambientes alimentares, fatores socioeconômicos, pesquisa de orçamentos familiares.

## ABSTRACT

---

Oliveira RT. **Investigation of food acquisition locations according to food security and levels of food insecurity in Brazil and regions.** [Dissertation]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição Josué de Castro, 2023.

**Introduction:** Ensuring equal and fair access to places where food is obtained plays an essential role in food and nutritional security. A well-developed food trade tends to offer greater diversity of healthy foods, contributing to reducing food insecurity (FI). On the other hand, in regions with limited access to adequate establishments and poor infrastructure, FI may be more prevalent. **Objective:** To evaluate food acquisition locations according to food security and levels of FI in Brazilian families. **Methods:** Microdata from the 2017-2018 Household Budget Survey were used, analyzing a representative sample of 55,920 households. Food acquisition was collected through records from the household's collective acquisition notebook over a seven-day period. Food acquisition locations were grouped according to their characteristics into supermarkets, small markets, and fairs/farmers' markets. Food security (SA) and levels of food insecurity (IA) were analyzed using the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA). Prevalence was estimated according to food acquisition locations based on food security (FS) and household levels of FI in the country and regions. **Results:** Fairs/farmers' markets showed similar prevalences among households in food security and levels of FI. Regarding macro-regions, households in FS located in the Northeast region preferred to make their purchases at small markets (43.2%), while in the South (54.9%), Southeast (53.6%), and Midwest (52%), supermarket purchases were significantly higher ( $p$ -value $<0.001$ ). In the North and Northeast regions, small markets were the main food acquisition locations among households with mild FI (48.3% and 49.5%, respectively;  $p$ -value $<0.001$ ), while in the South, Southeast, and Midwest regions, supermarkets were the main food acquisition locations among families in the same FI condition (51%, 51.4%, 47.5% respectively;  $p$ -value $<0.001$ ). In all macro-regions, small markets were the main food acquisition locations for households with severe forms of FI, being significant in the North and Northeast regions ( $p$ -value $<0.001$ ).

**Conclusion:** These results highlight the importance of considering the availability and accessibility of different food acquisition locations when analyzing access to adequate food captured by the FI indicator. They also emphasize the need for policies and programs aimed at improving access to healthy and quality food, especially for families in moderate or severe FI situations, who tend to depend more on small markets.

**Keywords:** Food supply, food insecurity, food environments, socioeconomic factors, household budget survey.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
2.1 Sistemas Alimentares.....	24
2.2 Ambientes Alimentares.....	28
2.3 Desigualdades sociais na aquisição de alimentos.....	32
2.5 Insegurança alimentar.....	33
3. JUSTIFICATIVA.....	36
4. OBJETIVOS.....	37
5. MÉTODOS.....	38
5.1 Desenho do estudo.....	38
5.2 População de estudo.....	38
5.3 Entrevistas e instrumentos de coleta de informações.....	40
5.4 Locais de aquisição de alimentos.....	41
5.5 Insegurança alimentar dos domicílios.....	41
5.6 Análise estatística.....	44
5.7 Aspectos éticos.....	45
6. RESULTADOS.....	46
Manuscrito: <i>“Locais de aquisição de alimentos nas macrorregiões brasileiras segundo os níveis de insegurança alimentar no domicílio”.</i>	
6.1 Resumo.....	47
6.2 Abstract.....	49
6.2 Introdução.....	50
6.3 Métodos.....	51
6.4 Resultados .....	55
6.5 Discussão .....	57
6.6 Conclusão .....	62
6.7 Referências.....	68
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
8. REFERÊNCIAS.....	74
9. ANEXOS.....	83

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1.** Modelo explicativo da influência dos ambientes alimentares nos padrões de alimentação.

**Figura 2.** Estrutura ecológica que descreve as múltiplas influências sobre o que as pessoas comem.

**Figura 3.** Seleção da população de estudo. Pesquisa de Orçamentos familiares 2017-2018.

### **MANUSCRITO**

**Figura 1.** Distribuição percentual (%) dos níveis de segurança alimentar (SA) e insegurança alimentar (IA) de acordo com os locais de aquisição de alimentos. *Pesquisa de Orçamentos Familiares, Brasil, 2017-2018.*

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1.** Perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

**Quadro 2.** Pontos de corte para domicílios, com e sem menores de 18 anos de idade, segundo a situação de segurança alimentar.

### **MANUSCRITO**

**Quadro 1.** Grupos dos locais de aquisição e detalhamento segundo características específicas de comercialização.



## TABELAS

### MANUSCRITO

**Tabela 1.** Análise descritiva com as prevalências (%) e respectivos intervalos de confiança (IC95%) das variáveis sociodemográficas e econômicas *Pesquisa de Orçamentos Familiares*, Brasil, 2017-2018.

**Tabela 2.** Análise descritiva com as prevalências (%) e respectivos intervalos de confiança (IC95%) dos locais de aquisição de acordo com os níveis de segurança alimentar (SA) e insegurança alimentar (IA) no domicílio de acordo com as macrorregiões. *Pesquisa de Orçamentos Familiares*, Brasil, 2017-2018.

## SIGLAS

OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
LOSAN	Lei orgânica de segurança alimentar e nutricional
SAN	Segurança alimentar e nutricional
SA	Segurança alimentar
IA	Insegurança alimentar
EBIA	Escala brasileira de insegurança alimentar
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
FAO	Food and Agriculture Organization
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatística
HLPE	High Level Panel Experts
IC	Intervalo de confiança
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa de alimentação escolar
ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
GISAN	Grupo Interdisciplinar de estudos sobre segurança alimentar e nutricional

## APRESENTAÇÃO

O presente projeto é fruto do Mestrado acadêmico do Programa de Pós-graduação do Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Minha trajetória na pesquisa teve início em 2018, quando fui selecionada como aluna de iniciação científica no Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Segurança Alimentar e Nutricional (GISAN). Essa oportunidade me permitiu adquirir conhecimento e participar de pesquisas desenvolvidas pelo grupo, que abordavam a questão da insegurança alimentar em diversos contextos, utilizando metodologias qualitativas e quantitativas.

Durante o período da iniciação científica, pude elaborar trabalhos científicos, participar de reuniões científicas e tive a oportunidade de comparecer a eventos relacionados ao tema de segurança alimentar e nutricional. Essas experiências contribuíram significativamente para o meu desenvolvimento acadêmico e proporcionaram-me um maior entendimento sobre os desafios enfrentados na área da Insegurança alimentar.

Além das experiências anteriormente mencionadas, tive a oportunidade de atuar como extensionista no projeto intitulado "A Experiência do Mercado Vivo na Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional". O projeto teve como objetivo orientar e incentivar os moradores usuários de um Centro Municipal de Saúde (CMS) localizado no Rio de Janeiro, a fim de reduzir a insegurança alimentar, reorganizando as cadeias de produção e consumo para facilitar o acesso a produtos essenciais. Dessa forma, buscamos enfrentar o principal fator de risco associado à IA, que é a dificuldade de acesso aos alimentos devido ao baixo poder aquisitivo. Essas experiências, tanto teóricas quanto práticas de campo, despertaram em mim um olhar especial para a problemática da Insegurança alimentar.

Motivada por essa vivência, surgiu o interesse em realizar este trabalho com o objetivo de investigar se a disponibilidade e acesso aos alimentos em diferentes territórios oferece condições diferenciadas para as famílias em situação de segurança ou insegurança alimentar.

A presente dissertação segue uma estrutura metodológica composta por capítulos. O Capítulo 1 é dedicado à introdução, fornecendo informações essenciais sobre o

tema em estudo. O Capítulo 2 consiste no referencial teórico, abordando conceitos relacionados aos sistemas alimentares, influência dos ambientes alimentares, varejo de alimentos no contexto brasileiro, desigualdades sociais na aquisição de alimentos e acesso à alimentação relacionado à insegurança alimentar.

O Capítulo 3 apresenta a justificativa do estudo, destacando a relevância da pesquisa e sua contribuição para a área de conhecimento. O Capítulo 4 descreve o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, delineando as metas a serem alcançadas. O Capítulo 5 apresenta a descrição detalhada do material e dos métodos utilizados na condução da pesquisa. Neste capítulo, são apresentados os procedimentos adotados, a seleção de amostras e outras informações relevantes relacionadas à coleta e análise de dados.

O Capítulo 6 apresenta os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados, conforme descrito no manuscrito intitulado "Locais de aquisição de alimentos nas macrorregiões brasileiras segundo os níveis de insegurança alimentar no domicílio". Esse manuscrito foi elaborado com base na análise dos dados sobre locais de aquisição de alimentos coletados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O capítulo 7 constitui as considerações finais, o 8 as referências da dissertação e no 9 os anexos..

## 1. INTRODUÇÃO

A alimentação é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um fator importante na qualidade de vida e de saúde da população, com potencial de ser um risco modificável para doenças crônicas não transmissíveis como diabetes, obesidade, doenças cardiovasculares e câncer (OPAS/OMS, 2019). O acesso à alimentação em qualidade e quantidade suficiente é um direito humano assegurado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que define a segurança alimentar e nutricional (SAN):

*“realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”*  
(BRASIL, 2006)

O conceito de SAN possui múltiplas dimensões que abarcam temas como o acesso, a disponibilidade, a utilização e a estabilidade dos alimentos (BURITY et al., 2010). O acesso se concentra na capacidade das pessoas adquirirem alimentos de qualidade suficiente para atender às suas necessidades, levando em consideração fatores econômicos. A disponibilidade diz respeito à existência de quantidades adequadas de alimentos de qualidade, provenientes da produção nacional ou importações, e envolve o abastecimento e distribuição de alimentos. A utilização aborda a forma como os nutrientes são aproveitados, influenciada por condições de saúde, saneamento e hábitos alimentares. A estabilidade garante que as pessoas tenham acesso a alimentos em quantidade suficiente, de forma acessível e os utilizem de maneira adequada, abrangendo as demais dimensões (FAO, 2017; SCHMIDHUBER et al., 2007).

Quando os indivíduos têm o direito e o acesso à alimentação violado, há indicação da presença de insegurança alimentar (IA) (FAO, 2009). Apesar de todos os avanços sociais nos últimos anos que contribuíram para redução da IA mundial, o mais recente relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e

Agricultura (*Food and Agriculture Organization – FAO*) sobre o diagnóstico da segurança alimentar mundial (ou SAN no caso brasileiro) (*The State of Food Security and Nutrition in the World – SOFI 2023*), indicou o agravamento da situação de IA na sua forma mais severa. Segundo o último relatório SOFI, a fome, expressão de IA severa, era estimada entre 900 milhões de pessoas no mundo em 2022 (FAO, 2023).

No Brasil, a estimativa da IA é feita pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) desde 2004 como ferramenta de diagnóstico da situação de segurança alimentar/IA nos domicílios (SEGALL-CORREA et al., 2014). A EBIA avalia a experiência domiciliar da segurança alimentar/IA, considerando o período de três meses que antecedem as entrevistas nos seguintes níveis: (i) segurança alimentar (SA): quando há acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, (ii) IA leve: quando há preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro, (iii) IA moderada: quando ocorre redução quantitativa de alimentos entre adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação e (iv) IA grave: quando ocorre redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, resultante da falta de alimentos entre todos os moradores (BRASIL, 2010).

O dado mais recente da segurança alimentar/IA no país foi divulgado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em junho de 2022, indicando o agravamento da IA na população brasileira e a redução expressiva da segurança alimentar. De acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), 41,3% dos domicílios brasileiros estavam em segurança alimentar, enquanto em 28% havia incerteza quanto ao acesso aos alimentos, além da qualidade da alimentação já comprometida (IA leve). O Relatório indicou também que a restrição quantitativa aos alimentos ocorria em 30,1% dos domicílios, dos quais 15,5% convivendo com a fome (IA grave). Em termos populacionais, são 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com algum nível de IA (II VIGISAN, 2022).

O acesso aos alimentos no Brasil não é homogêneo entre as diferentes macrorregiões do país, e a insegurança alimentar (IA) apresenta prevalências distintas nessas áreas. As regiões Norte e Nordeste do Brasil, exibem proporções mais elevadas de insegurança alimentar em comparação com as regiões Sudeste e Centro-Oeste (CHEROL et al., 2023). No entanto, é importante notar que houve um

aumento significativo da insegurança alimentar nas regiões Sudeste e Centro-Oeste nos últimos anos. Com base nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018, foi verificado que a insegurança alimentar no Sudeste duplicou em relação aos números registrados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 (IBGE, 2014), conforme relatado pelo IBGE (2020).

Por meio da EBIA, é possível observar que a renda familiar afeta diretamente a qualidade e o acesso aos alimentos pela população, sendo considerada importante condicionante de IA no domicílio (HOFFMANN, 2015). De acordo com a última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, que também será o cenário de debate desta dissertação, famílias com maiores rendimentos (R\$ 2.061,34) apresentaram despesas com alimentação três vezes maiores que o valor médio do total das famílias do país (R\$ 658,23) e seis vezes maior que aquelas com rendimentos mais baixos (R\$ 328,74) (IBGE, 2020b), o que reforça a importância do acesso à renda para aquisição dos alimentos.

Quando analisadas as aquisições entre os diferentes níveis de renda, também com base na POF 2017-2018, observou-se que a compra de alimentos básicos como o arroz, o feijão, a farinha de mandioca, o açúcar cristal, os peixes frescos e o óleo de soja diminuía conforme a renda aumentava (IBGE, 2020a). Ao avaliar pelos níveis de IA, dentre os 16 grupos de alimentos investigados pela POF 2017-2018, 13 tiveram menores aquisições conforme maior gravidade da IA, como os legumes e as verduras, as frutas, as aves e os ovos, o leite e seus derivados. Ou seja, as diferenças na aquisição de alimentos entre famílias com maiores e menores rendimentos expressam como a desigualdade de renda chega à mesa das famílias.

A aquisição de alimentos além de estar relacionada diretamente com a renda disponível pelo domicílio é fortemente influenciada pelos locais de aquisição, sua localização geográfica/espacial, os custos com meios de transporte, a disponibilidade e o preço praticado (DURAN, 2013 ; CAISAN, 2018 ; CLARO et al., 2010).

O comércio tradicional constituído por feiras livres, peixarias, padarias, açougues, entre outros, ao longo dos anos perderam espaço para os supermercados (BELIK, 2020). Suas principais características estão relacionadas ao elo entre cliente e o vendedor, maior disponibilidade de alimentos in natura e preços mais justos. Adicionalmente, quando analisada a qualidade dos alimentos comercializados nesses diferentes tipos de varejos, a participação de compras em supermercados tende a aumentar a aquisição de alimentos ultraprocessados (AUP) nos domicílios,

enquanto a participação de compras no comércio tradicional, tende a diminuir (MACHADO et al., 2018).

O acesso a diferentes tipos de estabelecimentos de varejo também é influenciado pela disponibilidade desses estabelecimentos. Entende-se nesse debate o ambiente alimentar como o “contexto físico, econômico, político e sociocultural em que os consumidores interagem com o sistema alimentar para tomar suas decisões sobre a aquisição, preparação e consumo de alimentos, e que por sua vez influenciam o estado nutricional das pessoas” (SWINBURN et al., 2013; HLPE, 2017, p.11).

O ambiente alimentar pode ser investigado em diferentes categorias, desde no âmbito da comunidade, da informação e das organizações (GLANZ et al., 2005). No Brasil, estudos que mapearam geograficamente a distribuição do comércio varejista local, verificaram maior concentração de varejos de alimentos nas áreas centrais das cidades, ou seja maior variedade, enquanto que em áreas periféricas foram identificados mercados de menor porte, que não ofereciam essa diversidade de alimentos (FORTES et al., 2018; LOPES et al., 2022).

Entende-se que as famílias em IA enfrentam restrições no acesso aos alimentos, o que pode levar a uma alimentação monótona. Além disso, se essas famílias estiverem geograficamente inseridas em ambientes alimentares desfavoráveis, elas terão que gastar mais para comprar alimentos, o que pode levar ao consumo de alimentos mais caros e de menor qualidade nutricional. É relevante ponderar se, e de que maneira, os sistemas alimentares globalizados estão influenciando esses variados sistemas nacionais, e se estão contribuindo ou prejudicando a disponibilidade e o acesso aos alimentos, bem como a promoção de uma alimentação mais equitativa em um país tão diversificado e marcado por disparidades socioeconômicas como o Brasil.



## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Sistemas alimentares

O Painel de Especialistas de Alto Nível ( em inglês High Level Panel Experts - cuja sigla é HLPE) da FAO, define sistema alimentar como: *“Todos os elementos (meio ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestruturas, instituições, etc.) e atividades relacionadas à produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos, bem como os resultados dessas atividades, incluindo resultados socioeconômicos e ambientais”* (HPLE, 2017, p.11).

Para alcançar a sustentabilidade no sistema alimentar, é imperativo assegurar a segurança alimentar da população. Isso significa que as bases econômicas, sociais e ambientais, que são componentes cruciais da segurança alimentar, não devem ser comprometidas. Isso requer que o sistema alimentar seja eficaz na produção de alimentos em quantidade suficiente para atender às necessidades da população, sem desperdiçar recursos. Além disso, o sistema deve ser equitativo, garantindo o acesso de todas as pessoas, independentemente de sua condição social ou econômica a alimentos seguros e nutritivos e, por fim, o sistema precisa ser sustentável, o que implica na preservação dos recursos naturais e na proteção da biodiversidade (HLPE, 2014, p.33).

Os sistemas alimentares podem ser analisados considerando diversas escalas, abrangendo desde a dimensão global até a local. As estruturas que regem a produção, distribuição e consumo de alimentos são influenciadas por fatores políticos, econômicos e sociais, que se interconectam e são relevantes para uma variedade de processos que ocorrem tanto em âmbito nacional quanto internacional (RASTOIN et al., 2010).

Na escala global, observamos a ascensão de um sistema agroindustrial de destaque, frequentemente caracterizado na literatura como altamente especializado, centralizado e dominado por grandes corporações multinacionais. Estas corporações abrangem desde aquelas que fornecem insumos e sementes até as indústrias de processamento de alimentos e as megacadeias de supermercados, exercendo crescente influência econômica e política. Este modelo hegemônico é notável por seus processos produtivos que não são sustentáveis, uma vez que dependem

significativamente de recursos como energia, terra, água e agrotóxicos (MCMICHAEL et al., 2016).

Atualmente, o Brasil é o maior exportador agrícola do mundo, com grande parte de sua população vivendo em meio urbano (BELIK, 2020), país diferente do predominantemente agrícola que era retratado nas obras de Josué de Castro, onde a produção era ineficiente e atrasada no aspecto tecnológico (CASTRO, 1946). Nessa modernização, onde há tecnologia de ponta, faz com que o país seja eficiente e competitivo na exportação de alimentos a nível nacional e internacional, desempenhando um papel de destaque na produção e exportação global de commodities agrícolas, sendo reconhecido por sua capacidade na produção de uma variedade de alimentos, como frutas, grãos, oleaginosas, lácteos e hortaliças (BELIK, 2020).

A produção de frutas no Brasil é ampla e diversificada, com destaque para a produção de laranjas, bananas, uvas, maçãs, mangas e abacaxis. Essas frutas são tanto consumidas no mercado interno como exportadas para outros países (ABRAFRUTAS, 2019). No setor de grãos, o país é um dos principais produtores e exportadores de soja, milho e arroz; a soja é especialmente relevante, sendo utilizada tanto na alimentação humana como na produção de rações para animais (COÊLHO, 2018). No setor lácteo, o Brasil é um dos principais produtores de leite e seus derivados, como queijos, iogurtes e manteiga (VILELA et al., 2022). O país também se destaca na produção de outros alimentos agrícolas, como café, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, carne suína, carne de frango, carne bovina e pescados (ARAGÃO et al., 2021).

O relatório intitulado "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI, 2021)", elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), destaca que os desafios relacionados à consolidação de sistemas alimentares equitativos, saudáveis e sustentáveis estão firmemente ancorados na agenda global de desenvolvimento sustentável, conhecida como Agenda 2030. Esta agenda é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que foram adotados por nações de todo o mundo com a finalidade de erradicar a pobreza, eliminar a fome e promover a preservação do meio ambiente (ONU, 2015).

Os ODS representam uma evolução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os quais foram lançados pela Organização das Nações Unidas

(ONU) em 2000 na Declaração do Milênio. Dado que o prazo estipulado para alcançar os ODM se encerrou em 31 de dezembro de 2015, líderes globais ratificaram uma nova agenda, a Agenda 2030, que se apresenta como um plano de ação ainda mais ambicioso. Com base em 169 metas específicas, governos e outros atores envolvidos, incluindo a sociedade civil, são convocados a desenvolver, implementar, monitorar e avaliar periodicamente políticas públicas, com o propósito de assegurar o alcance dessas metas de maneira uniforme e inclusiva. Nesse contexto mais amplo, os sistemas alimentares emergem como um elemento central na abordagem desses desafios e na busca pela realização das metas estabelecidas pela Agenda 2030 (ONU, 2015).

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS-1), que se concentra em "erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares," está intrinsecamente ligado à questão da fome e da insegurança alimentar e nutricional. A eliminação da fome e da pobreza, e, por conseguinte, a redução da insegurança alimentar, requer a definição de metas que estejam alinhadas com as várias dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), conforme mencionado previamente na introdução dessa dissertação. Essas dimensões englobam a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade dos alimentos (ONU, 2015).

O ODS-2 apresenta o desafio de "acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promoção da agricultura sustentável" (FAO, 2021). Os aportes destinados à agricultura familiar, associados à consecução do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2, apresentaram um aumento entre os anos de 2014 e 2016. Entretanto, ocorreu uma diminuição significativa de R\$ 3,1 bilhões nos investimentos entre 2016 e 2017, representando uma redução de 38,3% (ONU, 2015; MALUF et al., 2022). Na última edição do "Relatório Luz da sociedade civil agenda 2030" de desenvolvimento sustentável, o percurso desse ODS no Brasil foi revisado constatando seu retrocesso (GTSC, 2022), onde em 2021 o país bateu recorde com 562 agrotóxicos liberados, o maior número documentado pelo Ministério da Agricultura desde 2000. São abundantes os estudos que confirmam as ameaças dos pesticidas à segurança alimentar (ALMEIDA et al., 2009; CARNEIRO et al., 2015).

Os alimentos emergiram como um elemento central e uma perspectiva unificadora para a abordagem de uma ampla gama de desafios globais contemporâneos. Esta abordagem integrada envolve a análise da relação entre

políticas alimentares e questões de desenvolvimento, destacando os sistemas alimentares como o epicentro dessa conexão fundamental (LEACH et al., 2020).

A indústria de alimentos ultraprocessados também exerce uma influência substancial e multifacetada nos sistemas alimentares contemporâneos, desempenhando um papel central na configuração da produção, distribuição e consumo de alimentos. Essas indústrias, frequentemente caracterizadas por produtos altamente processados, ricos em calorias vazias e ingredientes prejudiciais à saúde, têm contribuído para desafios significativos relacionados à saúde pública, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental (SACKS, G et al., 2013). Além disso, sua influência molda os padrões de consumo alimentar e as preferências do consumidor, apresentando complexas implicações para as políticas de saúde e nutrição.

Neste contexto, ocorre um embate relacionado às medidas consideradas "soluções" no âmbito das políticas públicas, as quais impactam as práticas comerciais, notadamente as abordagens de natureza regulatória. Essas abordagens enfrentam uma resistência substancial do setor privado comercial, que se ampara na narrativa da liberdade de escolha e da autonomia decisória dos indivíduos. Esta argumentação se fundamenta na falsa premissa de que as escolhas são feitas de maneira completamente livre e informada (NESTLE, 2019; MALUF et al., 2022).

O relatório emitido em 2017 pelo International Panel of Experts on Sustainable Food Systems salienta que os estratos populacionais mais suscetíveis, submetidos a diversas circunstâncias de carência econômica, disparidades de renda e restrições no acesso a recursos públicos, bem como a alimentos adequados e saudáveis, experimentam de maneira mais acentuada os efeitos prejudiciais resultantes das atuais trajetórias observadas nos sistemas alimentares (IPES-FOOD, 2017).

É fundamental enfatizar que a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) engloba não apenas a melhoria das condições de saúde, mas também o respeito à diversidade cultural e o fomento à sustentabilidade econômica e ambiental. Incorporar esses elementos significa reconhecer a interligação entre a oferta de alimentos, as condições sociais da população e a relação com a cultura e o meio ambiente. Na perspectiva da SAN, tanto o processo de produção quanto a comercialização de alimentos são igualmente relevantes em relação ao acesso

regular a alimentos em quantidade e qualidade adequadas (SALLES-COSTA et al, 2022).

## 2.2 Ambientes alimentares

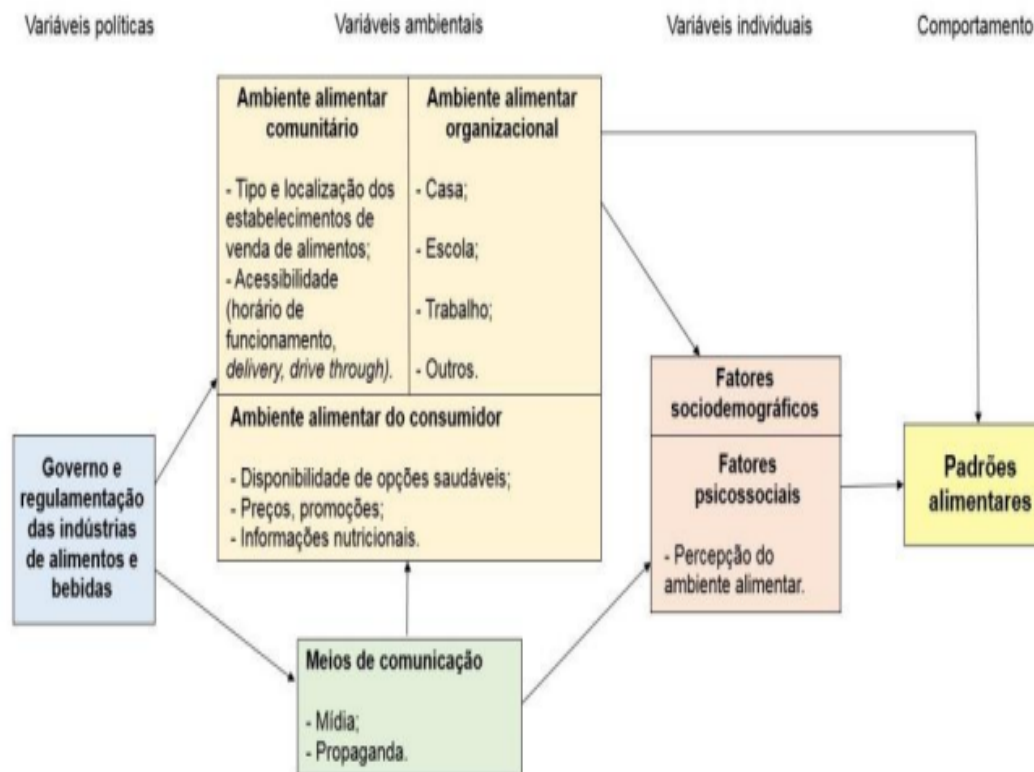
As cidades/bairros podem contribuir para o surgimento de doenças crônicas devido a forma como estão estruturados os ambientes alimentares, a disponibilidade de transporte, e as condições de habitação e a vizinhança. Junto a esses fatores junta-se também condições de renda, de educação e do trabalho (RIBEIRO et al., 2017). O HLPE, define o ambiente alimentar como o:

*“Contexto físico, econômico, político e sociocultural em que os consumidores interagem com o sistema alimentar para adquirir, preparar e consumir alimentos”*

(HLPE, 2017 p:11)

Nesse sentido, o acesso a alimentos saudáveis e adequados também se relaciona com as condições sociais, territoriais e com o modelo de abastecimento e a comercialização dos alimentos (STUCKLER *et al.*, 2012). O modelo teórico proposto por Glanz e colaboradores (Figura 1) apresenta as diferentes variáveis do ambiente alimentar que podem influenciar nos padrões alimentares.

**Figura 1.** Modelo explicativo sobre a influência dos ambientes alimentares nos padrões de alimentação.

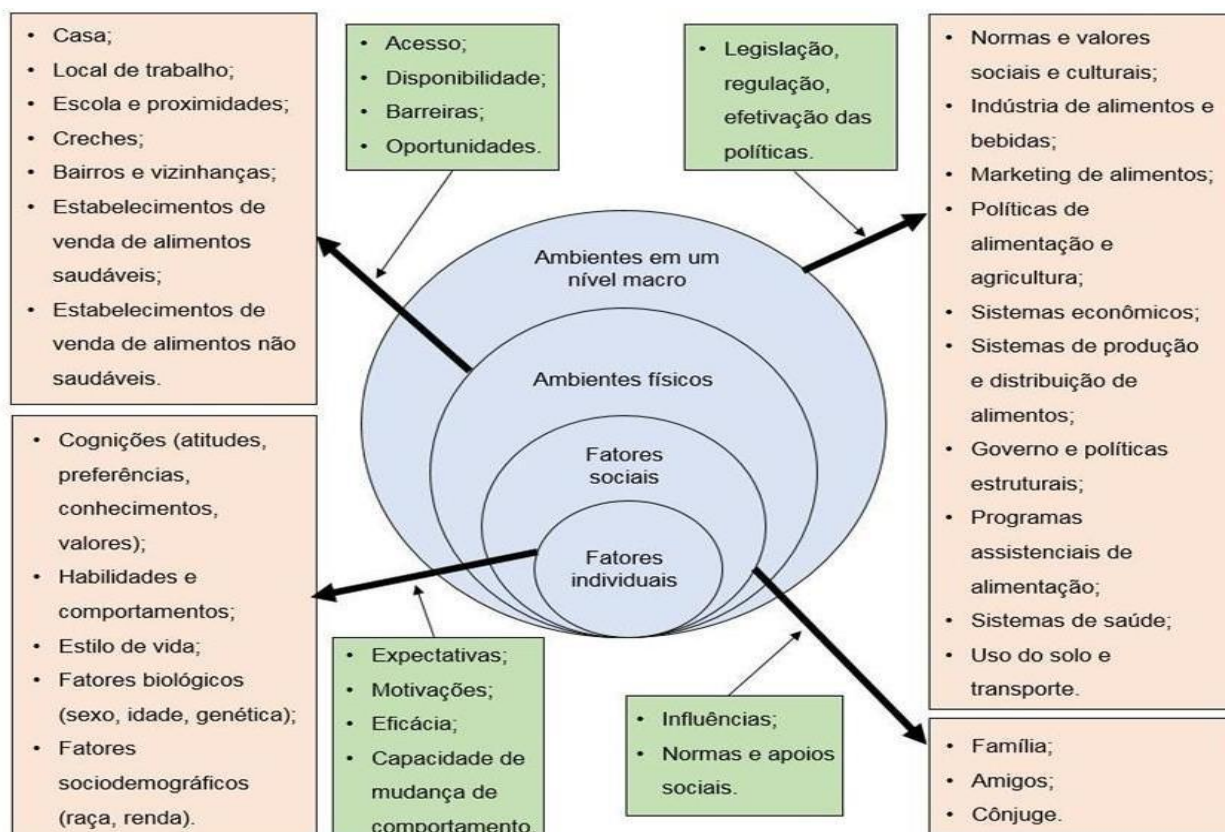


Este modelo leva em conta a influência de instrumentos legais e regulamentares que recaem sobre as práticas alimentares, como: as políticas e diretrizes governamentais; a influência persuasiva das estratégias de *marketing* das grandes empresas alimentícias; o ambiente alimentar urbano (comunitário); o ambiente alimentar dentro de casas, escolas, trabalhos ou locais de lazer (organizacional); questões ligadas às práticas de consumo, como promoções e informações nutricionais contidas nas embalagens dos alimentos; fatores sociodemográficos (como renda, raça e idade); e fatores psicossociais, especialmente ligados a percepções do ambiente. Por meio das setas indicadas na (Figura 1), o modelo propõe uma correlação entre todos esses fatores, levando à construção de padrões alimentares.

Story et al (2008) (Figura 2) apresentam de maneira ainda mais complexa as interações de múltiplos fatores influentes na formação dos hábitos alimentares. Segundo os autores, o ambiente é dividido em níveis micro e macro, sendo o primeiro relativo ao ambiente físico, de coexistência dos indivíduos, e o segundo a um ambiente mais abstrato, regido por instrumentos legais e normas culturais impostos. Sobre o ambiente físico, também regem outras influências, como o acesso

e a disponibilidade. Nesse sentido, mesmo um estabelecimento de venda de alimentos estando fisicamente próximo, outras barreiras podem induzir ao não consumo.

**Figura 2.** Estrutura ecológica que descreve as múltiplas influências sobre o que as pessoas comem.



Assim, uma categorização e um entendimento minucioso dos tipos de estabelecimentos que circundam os indivíduos de um dado território, buscando entender, por exemplo, o que fornecem e preço cobrado nesses locais, é importante para a compreensão das associações do ambiente alimentar com o estado nutricional. Nesse sentido, a qualidade do alimento passa a ser um elo importante e crucial na erradicação da fome e no alcance da SAN. Logo, os ambientes alimentares podem ser descritos como a “interface” ou a “ligação” entre a dieta e a cadeia de abastecimento, no contexto dos sistemas alimentares (HLPE, 2020).

Estudos indicam que indivíduos pertencentes a estratos socioeconômicos mais baixos geralmente residem em áreas carentes de infraestrutura de serviços, o

que pode resultar na formação de áreas conhecidas como "desertos alimentares". Nessas regiões, o acesso a estabelecimentos que oferecem alimentos frescos e minimamente processados, como supermercados, feiras e sacolões, é substancialmente limitado (FILOMENA ET al., 2013; MOOK et al., 2016). A existência de desertos alimentares pode desempenhar um papel significativo no aumento da prevalência de insegurança alimentar, especialmente em áreas caracterizadas por desigualdades de renda mais acentuadas.

A esfera do varejo de alimentos desempenha um papel de importância central na disponibilidade e no acesso aos produtos alimentares, englobando uma diversidade de tipos de estabelecimentos varejistas, tais como supermercados, mercearias, feiras, padarias e açougues (CASPI et al., 2012). Cada formato de varejo apresenta características distintas em relação ao seu tamanho, à gama de produtos oferecidos, às estratégias de precificação, à localização geográfica e à experiência de compra proporcionada aos consumidores (REUTTERER et al., 2009; TELLER et al., 2012).

No contexto brasileiro, de acordo com dados da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) referentes a 2020, os supermercados representam o formato predominante no varejo de alimentos no país, sendo que a maior proporção das suas vendas é composta por produtos alimentícios (ABRAS, 2020). Tipicamente, esses estabelecimentos apresentam uma infraestrutura física ampla e disponibilizam uma diversificada gama de produtos e serviços, de forma a atender às variadas necessidades dos consumidores em diferentes categorias (HAWKES, 2008; VEDOVATO et al., 2015).

Outro ponto que merece ser destacado se faz pela predominância da comercialização de alimentos ultraprocessados nos supermercados (MACHADO et al., 2018). Estudos que analisam a qualidade da alimentação demonstram redução significativa de aquisição e do consumo de alimentos *in natura*, associada ao aumento da aquisição de ultraprocessados (CANELLA et al., 2018 ; LEVY et al., 2012; MARTINS et al., 2013).

Quanto à concorrência no cenário atual, as grandes redes do segmento de supermercados têm apresentado tendência de fortalecimento, em detrimento do comércio tradicional, como pequenos mercados, açougues, empórios, padarias, feiras e mercados municipais (BRASIL, 2014). Essa reestruturação do sistema de



varejo coincide com a diminuição da variedade de alimentos disponíveis para a população.

Uma característica distintiva do varejo tradicional de alimentos é o foco em alimentos frescos, como frutas, legumes, carne, peixe e laticínios. Esses estabelecimentos podem ter parcerias diretas com produtores locais (PARENTE, 2009). Além desses fatores, geralmente estão localizados em áreas residenciais, tornando-os facilmente acessíveis aos moradores locais (FORTES et al., 2018). Eles oferecem conveniência para compras diárias ou rápidas, permitindo que os clientes adquiram os itens essenciais sem a necessidade de deslocamentos longos.

Uma pesquisa conduzida pela GfK Custom Research Brasil em colaboração com a ABRAS, realizada em 2017, revelou que no Brasil, cerca de 90% das pequenas lojas de bairro são de propriedade de famílias, se contrapondo à padronização e monopolização representada pelas grandes cadeias de supermercados. Em termos de categorias de produtos mais adquiridos, a seção de mercearia seca representou 20,3% das compras, seguida pelo açougue, com 17,4% de participação nas vendas. Outras seções que contribuíram significativamente para a receita das pequenas lojas incluíram a mercearia líquida (12,4%), produtos perecíveis industrializados (7,9%) e frutas, legumes e verduras (7,8%) (ABRAS e GfK, 2018). Esses dados ressaltam a relevância das pequenas lojas de bairro no panorama do comércio brasileiro e a preferência dos consumidores por adquirir alimentos e produtos básicos nessas lojas, destacando a importância de entender e apoiar esse setor na economia local.

### **2.3 Desigualdades sociais na aquisição de alimentos**

As disparidades sociais na aquisição de alimentos representam uma problemática complexa e preocupante, englobando desigualdades no acesso e na capacidade de adquirir alimentos adequados e de qualidade. Estas desigualdades manifestam-se em múltiplos estratos, abrangendo dimensões socioeconômicas, raciais/étnicas, geográficas e de gênero (SANTIAGO et al., 2023).

A dimensão socioeconômica assume um papel central na aquisição de alimentos, dado que condições como desemprego, remunerações insuficientes e situações de pobreza exercem um impacto direto na habilidade das pessoas de

adquirirem alimentos nutritivos e manterem uma dieta saudável (FERREIRA et al., 2021; SAES et al., 2022).

Pesquisas baseadas em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) demonstram que famílias de baixa renda, chefiadas por indivíduos com menor grau de escolaridade e ocupações de menor rendimento, enfrentam maior probabilidade de enfrentar dificuldades na aquisição de alimentos saudáveis. Além disso, famílias chefiadas por pessoas pretas/pardas enfrentam restrições no acesso a alimentos de maior qualidade, como frutas, hortaliças e proteínas animais, quando comparadas a famílias cujos chefes são brancos (SGAMBATO et al., 2022).

De acordo com dados do "Atlas das situações alimentares no Brasil," com base na POF 2017-2018, domicílios de maior renda apresentam uma aquisição domiciliar de alimentos acima da média nacional em diversas categorias alimentares. Entretanto, as disparidades na aquisição são notáveis, especialmente no caso de frutas e hortaliças de folhas, cuja aquisição é 2,5 vezes superior nos domicílios de maior renda (RIBEIRO et al., 2021).

Tanto a renda familiar quanto os preços dos alimentos exercem um impacto considerável na quantidade de frutas e hortaliças adquiridas pelos domicílios. Pesquisas conduzidas por CLARO et al. (2010) evidenciaram que o aumento nos preços destes alimentos estava associado a uma diminuição na quantidade adquirida, enquanto a redução nos preços resultava em um aumento na aquisição.

## **2.4 Insegurança alimentar**

No Brasil, Josué de Castro na década de 1940, iniciou o debate sobre os determinantes da fome da esfera biológica para outras esferas, como social, política e econômica, promovendo a fome como fruto da desigualdade social e de renda (CASTRO, 1968). Seus estudos evidenciaram as questões sociais e a omissão de governos como os principais fatores de agravos alimentares e nutricionais da população brasileira. A Insegurança alimentar ocorre de modo progressivo e em diferentes níveis, desde a preocupação com a disponibilidade futura de alimentos até a ocorrência da fome (KEPPLE et al., 2011). Com isso, fatores como a produção, abastecimento e a disponibilidade de alimentos devem ser garantidos a todos os indivíduos sendo consideradas no acesso às suas condições socioeconômicas,

culturais e territoriais (MALUF, 2009).

De acordo com Lignani et al (2020) a partir de revisão sistemática que avaliou a relação entre os indicadores sociais com a IA, a renda per capita familiar é um dos mais importantes determinantes para a IA, o que traz à luz a importância das políticas de transferência de renda para a população brasileira. Recentemente, Salles-Costa et al (2022) reiteraram essa conclusão, mostrando a relação da renda com a redução da SA e aumento dos níveis de IA no país, sugerindo que a descontinuidade das políticas públicas relacionadas ao combate à fome, e aumento na taxa de desemprego no país contribuíram para esse retrocesso.

O Brasil está entre os países com maiores desigualdades de renda do mundo, onde do total da população brasileira, 2,7% têm renda mensal per capita acima de 25 salários mínimos e grande parte 24%, está na base da pirâmide social, onde 16,5 milhões de famílias têm renda mensal de até 2 salários mínimos (BELIK, 2020). E essa desigualdade se reproduz na questão alimentar, onde os brasileiros pertencentes a camada de renda mais pobre, comprometem três vezes mais sua renda mensal do que a população mais rica (IBGE,2019).

A partir dos avanços conquistados por meio das políticas relacionadas à promoção da SAN, ações para ajudar o pequeno e médio agricultor, fortalecimento do programa de alimentação escolar (PNAE) entre outras, em 2014 o Brasil saiu do Mapa da Fome, sendo reconhecido mundialmente por superar a extrema pobreza (SOCIEDADE CIVIL, 2017).O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre “O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo”, que mede a fome de acordo com o Indicador de Prevalência de subalimentação indicou que o número de brasileiros subalimentados havia caído 82%, entre 2002 e 2013, e representava naquele momento menos de 5% da população (FAO, 2014).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em suas edições de 2004, 2009 e 2013, também revelaram importantes reduções do percentual de domicílios em IA em todo o país, isso ocorreu pelo crescimento da renda e redução da desigualdade, sendo mais intenso na renda dos relativamente mais pobres (SALLES-COSTA et al, 2022). Contudo, com o congelamento dos gastos públicos, cortes de políticas de SAN, enfraquecimento das políticas voltadas para a agricultura familiar, desemprego e aumento do trabalho informal, o cenário da IA no país tem se agravado (I VIGISAN, 2021).

Entre os anos de 2017-2018, a POF estimou a existência de 68,9 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil. Dentre esses, 63,3% (43,6 milhões) estavam em situação de Segurança Alimentar, enquanto os outros 36,7% (25,3 milhões) estavam com algum grau de Insegurança Alimentar, podendo ser : leve (24,0%, ou 16,4 milhões), moderada (8,1%, ou 5,6 milhões) ou grave (4,6%, ou 3,1 milhões). Cenário este que foi proporcionalmente mais expressivo nos domicílios na área rural, onde a proporção de IA grave foi de 7,1% (676 mil domicílios), acima do verificado na área urbana (4,1%, ou 2,5 milhões de domicílios) (IBGE, 2020a).

Nos domicílios em SAN, predominam os homens como pessoa de referência (61,4%), porém essa prevalência vai se invertendo conforme aumenta o grau de insegurança alimentar, chegando a 51,9% de mulheres como pessoa de referência nos domicílios com IA grave. Quando comparados cor ou raça da pessoa de referência, nos domicílios cuja pessoa de referência se declarou parda são os que apresentaram os maiores percentuais em todos os níveis de IA (IBGE, 2020a). Observa-se de acordo com as macrorregiões, a IA tem maiores prevalências na Região Norte (31,8%) e Nordeste (29,8%). Se compararmos a IA grave entre a Região Norte com a Região Sul, a Região norte teve cerca de cinco vezes mais domicílios convivendo com a restrição severa de acesso aos alimentos (10,2% versus 2,2%), o que reforça as desigualdades regionais no acesso à alimentação, essas que já haviam sido constatadas nas PNADs de 2004, 2009 e 2013.

De acordo com os dados recentes do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 33,1 milhões de pessoas passam fome no Brasil, com o mesmo patamar de 30 anos atrás. Além disso, 14 milhões de pessoas entraram em situação de vulnerabilidade quanto ao acesso aos alimentos, indicando que essas pessoas convivem com algum grau de IA. Esses dados recentes estão de acordo com dados da POF 2017-2018, onde os mais impactados continuam sendo os brasileiros que vivem nas regiões Norte e Nordeste, nas áreas rurais e em lares comandados por pessoas pretas e pardas. Esses índices relacionam-se com o desemprego e informalidade (II VIGISAN, 2022).

O Relatório sobre os Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da Segurança alimentar no Brasil, mostrou que os domicílios que sofreram a diminuição da renda registraram o percentual mais baixo de segurança alimentar, 28,1%, e os mais altos de insegurança alimentar moderada, 18,6%, e grave, 21,6%. Os domicílios

que não sofreram alteração da renda ou que tiveram um aumento da renda apresentaram uma taxa de segurança alimentar de 51,1%, de insegurança alimentar moderada, 7,8%, e grave, 9,5%. Ou seja, isso reforça a relação direta entre a renda e o acesso aos alimentos (GALINDO et al., 2021).

### **3. JUSTIFICATIVA**

Os inquéritos populacionais brasileiros, como as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs), são fontes de dados secundários com representatividade nacional, podendo ser estratificados por região ou estado. A análise desses dados contribui para a realização de investigações, como o projeto em questão, que busca diagnosticar e monitorar as condições alimentares e nutricionais da população.

Nesse sentido, é essencial compreender como os locais de aquisição de alimentos contribuem para enfrentar o cenário de insegurança alimentar, adotando uma abordagem abrangente para garantir o acesso universal a alimentos à nossa população, levando em consideração o impacto da renda na compra de alimentos e implementando políticas que visem a segurança alimentar e nutricional.

A falta de estudos sobre os locais de aquisição de alimentos e a insegurança alimentar representa uma lacuna importante na pesquisa sobre segurança alimentar. Embora existam estudos que abordam a insegurança alimentar em diferentes contextos e populações, nem sempre eles se aprofundam na relação entre os locais de aquisição de alimentos e a insegurança alimentar.

Portanto, é fundamental a realização de pesquisas que explorem essa relação de forma mais detalhada, a fim de fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas efetivas e direcionadas ao enfrentamento da insegurança alimentar no Brasil. A compreensão dos locais de aquisição de alimentos e seu impacto na segurança alimentar pode contribuir para a implementação de estratégias que promovam o acesso a alimentos adequados e de qualidade para toda a população, garantindo assim o direito fundamental à alimentação.

## **4. OBJETIVOS**

### **4.1 OBJETIVO GERAL**

Com base no exposto, o presente estudo tem como objetivo avaliar os locais de aquisição de alimentos de acordo com os níveis de insegurança alimentar em domicílios brasileiros.

### **4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Avaliar o perfil sociodemográfico das famílias avaliadas para o Brasil e macrorregiões;
- Descrever e agrupar os principais locais de aquisição de alimentos no Brasil segundo o relato das famílias;
- Estimar os níveis de segurança alimentar e insegurança alimentar para o país e macrorregiões;
- Avaliar a relação entre os níveis de IA e os locais de aquisição de alimentos no país segundo as macrorregiões brasileiras.

## **5. MÉTODOS**

### ***5.1 Desenho do estudo***

O presente projeto trata-se de um estudo transversal, de base populacional, utilizando os microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

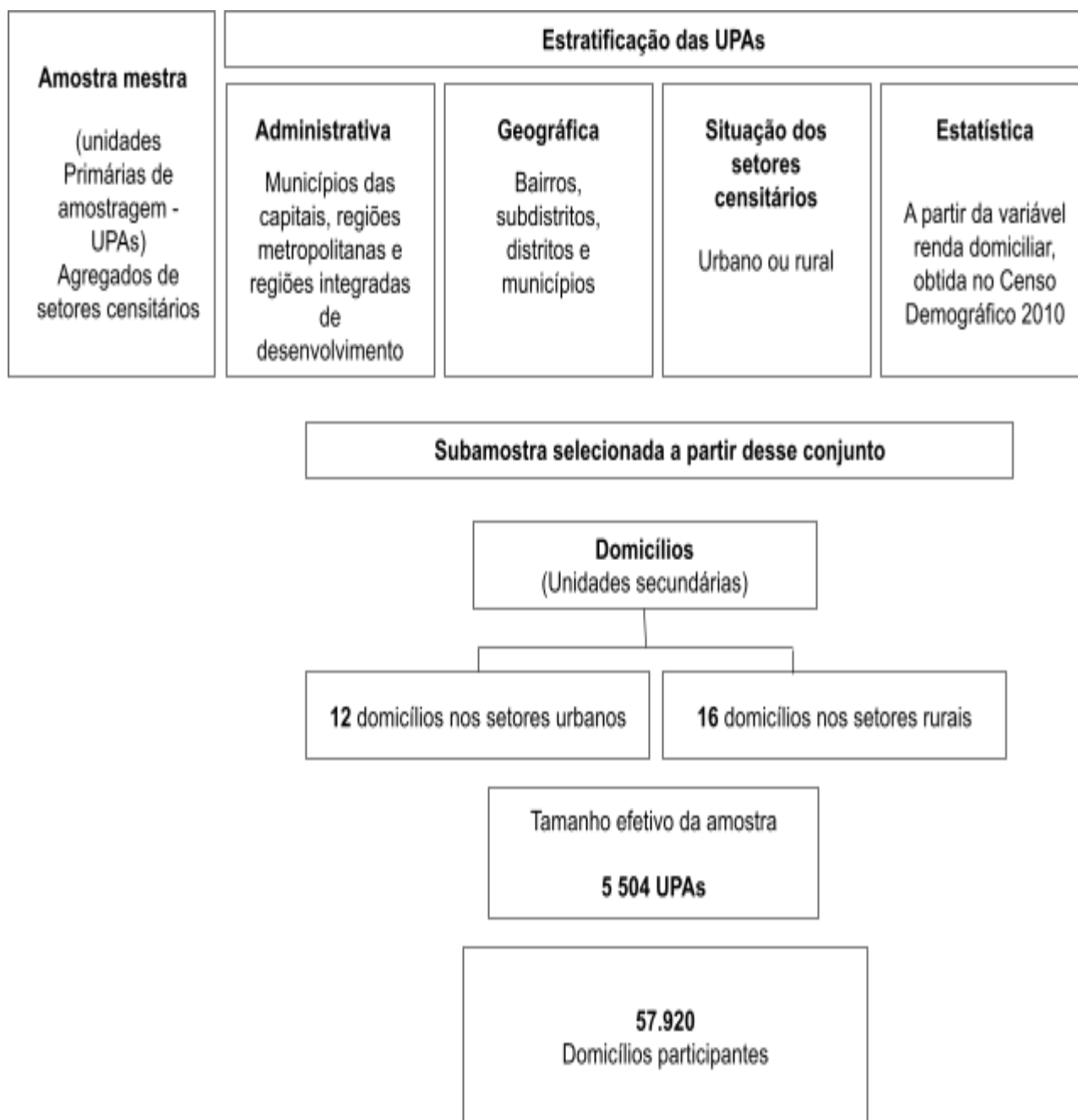
### ***5.2 População de estudo***

A POF é uma pesquisa domiciliar de abrangência nacional que tem como objetivo disponibilizar informações sobre a composição orçamentária doméstica e gerar bases de dados e estudos sobre o perfil nutricional da população (IBGE, 2020).

A amostra mestra da POF constitui de setores censitários em que são consideradas as unidades primárias do planejamento amostral, esses setores representam a população brasileira em todas as regiões do país. Essa amostra mestra é então estratificada considerando as divisões administrativas, espacial/geográfica, situações dos setores censitário e estatística que são definidas a partir da variável renda do responsável pelo domicílio, obtida a partir do Censo Demográfico 2010.

As unidades secundárias de amostragem correspondem aos domicílios selecionados por amostragem aleatória simples dentro de cada um dos setores selecionados, sendo fixado a quantidade de pelo menos 3 setores na análise de cada estrato, sendo determinado 12 domicílios nos setores urbanos e 16 nos setores rurais. Assim, foram selecionados 5.504 setores com um total de 55.920 domicílios com entrevistas realizadas, tanto de área urbana como rural, e representativos de todas as cinco regiões do país, do Distrito Federal e dos Estados.

**Figura 3.** Seleção da população de estudo da POF. Brasil, 2017-2018.



Fonte: Adaptado de BRAGA (2017)



### **5.3 Entrevistas e instrumentos de coleta de informações**

A coleta de dados para este estudo foi realizada ao longo de um período de 12 meses, abrangendo desde 11 de julho de 2017 até 9 de julho de 2018. Esse período foi escolhido para capturar as variações sazonais nas despesas familiares e aquisições de alimentos, considerando que os rendimentos e as despesas podem flutuar ao longo do ano.

As informações utilizadas foram obtidas por meio de entrevistas realizadas nos domicílios particulares permanentes selecionados. Essas entrevistas foram conduzidas durante nove dias consecutivos. No primeiro dia, foram coletadas informações sobre as características dos moradores. A partir do segundo dia, foram preenchidos os questionários de coleta de informações específicas do domicílio.

No nono dia, encerrou-se a coleta de informações sobre despesas, rendimentos e a entrevista no domicílio. Os questionários e cadernetas utilizados foram organizados de acordo com o tipo de informação a ser pesquisada, divididos da seguinte forma:

- POF 1: Questionário de características do domicílio e dos moradores.
- POF 2: Questionário de aquisição coletiva.
- POF 3: Caderneta de aquisição coletiva.
- POF 4: Questionário de aquisição individual.
- POF 5: Questionário de trabalho e rendimento individual.
- POF 6: Avaliação da condição de vida e escala brasileira de insegurança alimentar.
- POF 7: Bloco de consumo alimentar pessoal.

Essa estrutura de questionários e cadernetas permitiu a coleta sistemática e organizada das informações necessárias para analisar as despesas, rendimentos, aquisições de alimentos, condições de vida e insegurança alimentar das famílias estudadas.

#### **5.4 locais de aquisição de alimentos**

No presente estudo, foi utilizado o módulo POF 3, que consiste em uma caderneta de aquisição coletiva do domicílio. Essa caderneta contém informações sobre as aquisições de alimentos e bebidas realizadas ao longo de sete dias consecutivos, registradas pelos moradores do domicílio ou pelo entrevistador do IBGE, quando necessário.

Na caderneta, foram detalhadamente registrados todos os itens adquiridos, incluindo a quantidade do produto, a unidade de medida (como peso ou volume) e o tipo do produto adquirido. Além disso, também foram registrados o valor em reais (R\$) e os locais de aquisição, como vendedor ambulante, padaria, lanchonete, açougue, peixaria, feira livre, drogaria, entre outros.

Os diferentes locais de aquisição de alimentos relatados na POF 2017-2018 foram agrupados em quatro grupos, levando em consideração suas características físicas, a natureza dos principais produtos disponíveis e características específicas de comercialização. Essa classificação foi baseada e adaptada de um agrupamento realizado em um estudo anterior que utilizou dados da POF 2002-2003 (COSTA et al., 2013).

Essa abordagem de agrupamento dos locais de aquisição de alimentos permite uma análise mais eficiente e comparativa dos dados, facilitando a compreensão das diferentes características dos locais de compra e sua relação com a insegurança alimentar.

#### **5.5 Insegurança alimentar dos domicílios**

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (SEGALL-CORRÊA et al., 2014) foi utilizada para classificação das famílias segundo segurança alimentar e graus de segurança alimentar/IA. No contexto brasileiro, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é empregada como instrumento pelo governo para a estimativa das prevalências de insegurança alimentar na população. Desde o ano de 2003, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desempenha um papel central na condução da pesquisa e análise da situação de insegurança alimentar em âmbito nacional, utilizando como base a escala.

A EBIA constitui um total de 14 perguntas direcionadas ao domicílio, sendo 8

para moradores com 18 anos ou mais de idade e outras 6 questões para os moradores menores de 18 anos, caso exista no domicílio. As perguntas possuem graus de severidade crescente (quadro 1), indo da preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida se algum morador fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida nos últimos três meses.

**Quadro 1.** Perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

Numeração	Pergunta
1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador com 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

9	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, comeu menos do que deveria porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
13	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: SEGALL-CORRÊA et al., 2014.

Quando todas as perguntas são respondidas negativamente pelo chefe do domicílio, a família é classificada em situação de segurança alimentar, até 5 respostas positivas, IA leve; de 6 a 9 respostas positivas, IA moderada e de 10 a 14 respostas positivas, IA grave. Para famílias sem menores de 18 anos, a escala classifica em segurança alimentar quando todas as respostas são respondidas negativamente, em IA leve: de 1 a 3 respostas positivas, IA moderada: de 4 a 5 respostas positivas, IA grave: de 6 a 8 respostas positivas.

**Quadro 2.** Pontos de corte para domicílios, com e sem menores de 18 anos de idade, segundo a situação de segurança alimentar.

Situação de Segurança Alimentar	Pontos de corte para domicílios	
	com menores de 18 anos	sem menores de 18 anos
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1-5	1-3
Insegurança alimentar moderada	6-9	4-5
Insegurança alimentar grave	10-14	6-8

Fonte: SEGALL-CORRÊA et al., 2014.

### 5.6 Análise estatística

Inicialmente, foi descrito o perfil sociodemográfico e econômico das famílias para o Brasil e também estratificado pelas cinco regiões. Adicionalmente, as prevalências nacionais dos locais de aquisição foram calculadas e estratificadas segundo a condição de segurança alimentar e níveis de IA das famílias estimadas pela EBIA, comparando a significância com base no teste qui-quadrado (significância < 0,05). Na última etapa, foi feita análise estratificada da relação entre os níveis de segurança alimentar e IA e local de aquisição de alimentos, segundo as cinco macrorregiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul). As análises foram realizadas no programa estatístico STATA 16.0 (<https://www.stata.com>) no modo survey, que considera a amostra expandida, estimando os intervalos de confiança (IC) no nível de significância de 5% (IC 95%) para verificação das associações estatísticas testadas.

### 5.7 Aspectos Éticos

Quanto aos aspectos éticos, de acordo com a Resolução nº 510, de 7 de abril de

2016, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), pesquisas que utilizam dados secundários disponíveis e de domínio público que não identifiquem os participantes da pesquisa não necessitam de aprovação pelo CONEP. Assim, não foi necessária aprovação para o presente estudo.

## 6. RESULTADOS

Como produto desta dissertação este capítulo apresenta o artigo **“Locais de aquisição de alimentos nas macrorregiões brasileiras segundo os níveis de insegurança alimentar no domicílio”**, formatado para submissão a posteriori, nos Cadernos de Saúde Pública.

## 6.1 Resumo

---

O objetivo deste estudo foi descrever os locais de aquisição de alimentos segundo os níveis de insegurança alimentar (IA) no domicílio, nas diferentes macrorregiões do Brasil. Utilizou-se microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, em uma amostra de 57.920 domicílios. A aquisição de alimentos foi coletada por registros da caderneta de aquisição coletiva do domicílio no período de sete dias. Os locais de aquisição de alimentos foram agrupados de acordo com suas características em (supermercados, pequenos mercados e feiras/hortifrutis). Estimou-se as prevalências segundo os locais de aquisição de acordo com a segurança alimentar (SA) e níveis de IA do domicílio no país, segundo as macrorregiões. Os supermercados foram os principais locais de aquisição de alimentos em domicílios em segurança alimentar (49,1%), enquanto que a aquisição de alimentos em pequenos mercados foi mais citada entre famílias com IA moderada/grave (49,8%) (p-valor<0,001). As feiras/hortifrutis apresentaram prevalências semelhantes entre domicílios em segurança alimentar e níveis de IA. Em relação às macrorregiões, famílias de domicílios em SA, localizados na região Nordeste, realizaram preferencialmente suas aquisições nos pequenos mercados (43,2%), enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, a aquisição foi significativamente maior nos supermercados (p-valor<0,001). Nas regiões Norte e Nordeste, os pequenos mercados foram os locais de maior aquisição de alimentos entre famílias com IA leve (p-valor<0,001), enquanto que nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste os supermercados foram os locais de maior compra de alimentos entre famílias na mesma condição de IA. Em todas as macrorregiões, nas famílias com as formas severas de IA, os pequenos mercados foram os principais locais de aquisição, sendo significativo nas regiões norte e nordeste (p-valor<0,001). Os resultados revelam que locais de aquisição de alimentos podem variar significativamente entre as regiões do Brasil. Assim, é necessário ampliar o acesso das famílias em situação de insegurança alimentar aos varejos de alimentos, garantindo o direito à alimentação adequada e promovendo a segurança alimentar e nutricional de forma integrada, considerando as especificidades de cada região.



**Descritores:** insegurança alimentar, fatores socioeconômicos, ambientes alimentares.

## 6.2 Abstract

---

The objective of this study was to describe the locations where food is acquired according to levels of food insecurity (FI) in households in different regions of Brazil. Microdata from the Household Budget Survey (POF) 2017-2018 were used in a sample of 57,920 households. Food acquisition data were collected through records in the household's collective acquisition booklet over a seven-day period. Food acquisition locations were grouped based on their characteristics into (supermarkets, small markets, and open-air markets/fruit and vegetable stands). Prevalence estimates were made according to acquisition locations, considering food security (FS) and levels of household FI in the country, broken down by macroregions. Supermarkets were the primary locations for food acquisition in food-secure households (49.1%), while food acquisition in small markets was more commonly reported among families with moderate/severe FI (49.8%) (p-value <0.001). Open-air markets/fruit and vegetable stands showed similar prevalence rates between food-secure households and different FI levels. Concerning macroregions, households in FS in the Northeast region predominantly made their acquisitions at small markets (43.2%), while in the South, Southeast, and Central West regions, acquisitions were significantly higher in supermarkets (p-value <0.001). In the North and Northeast regions, small markets were the most common locations for food acquisition among families with mild FI (p-value <0.001), whereas in the South, Southeast, and Central West regions, supermarkets were the primary places for food purchases among families in the same FI condition. In all macroregions, for families experiencing severe forms of FI, small markets were the main locations for food acquisition, with significance in the North and Northeast regions (p-value <0.001). The results reveal that food acquisition locations can vary significantly across different regions of Brazil. Therefore, it is necessary to expand access for food-insecure families to food retailers, ensuring the right to adequate nutrition and promoting food and nutritional security in an integrated manner, considering the specificities of each region.

**Keywords:** food insecurity, socioeconomic factors, food environments.

### 6.3 INTRODUÇÃO

A pluralidade e a coexistência de sistemas alimentares com distintas escalas e amplitudes são características marcantes da alimentação humana. Em cada localidade ou território, podemos encontrar uma diversidade de sistemas alimentares, cada um com suas próprias características e especificidades (MALUF et al., 2022).

O relatório do Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis, mostra que os grupos mais vulneráveis da população, que vivem em situação de pobreza, desigualdade de renda e falta de acesso a bens e serviços públicos e a uma alimentação adequada e saudável, são os que mais sofrem com os impactos negativos dos sistemas alimentares atuais em suas condições de vida e saúde (IPES-FOOD, 2017).

O acesso à alimentação em qualidade e quantidade suficiente é um direito humano assegurado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que define a segurança alimentar e nutricional (SAN): *“realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”* (BRASIL, 2006).

No contexto das desigualdades sociais na aquisição de alimentos, é importante destacar que a garantia desse direito vai além da disponibilidade de recursos financeiros (LIGNANI et al; 2020). Envolve também o acesso físico aos alimentos, ou seja, a proximidade de locais onde os alimentos estão disponíveis para compra.

A disponibilidade de supermercados, pequenos mercados, mercearias, feiras livres e outros estabelecimentos varejistas em determinadas áreas geográficas pode influenciar diretamente a acessibilidade aos alimentos (CASPI et al., 2012). Por exemplo, em áreas onde existem poucos supermercados e predominam os pequenos mercados de bairro, pode haver restrições no acesso a uma variedade de alimentos e preços mais altos devido aos custos operacionais mais elevados desses estabelecimentos (GLANZ et al., 2016).

Os custos com transporte também podem ser um fator limitante no acesso à

alimentação adequada. Famílias de baixa renda, em particular, podem enfrentar restrições financeiras para se deslocarem até os locais de aquisição de alimentos, o que pode afetar sua capacidade de obter alimentos de qualidade e diversificados (LEITE et al., 2019).

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que dentre os 68,9 milhões de domicílios existentes no Brasil, 25,3 milhões (36,7%) enfrentavam algum grau de insegurança alimentar (IA) (IBGE, 2019). Ao analisar as prevalências de IA nas diferentes macrorregiões do país, observa-se que as regiões Nordeste e Norte apresentam as maiores taxas. Essas regiões também registram os indicadores mais elevados de pobreza e condições socioeconômicas desfavoráveis em comparação com as demais. Dessa forma, enfrentam desafios significativos relacionados à falta de acesso a alimentos adequados e nutritivos, sobretudo em áreas rurais e em comunidades mais vulneráveis (IBGE, 2020).

A pesquisa científica sobre os locais de aquisição de alimentos no Brasil tem se concentrado principalmente na região Sudeste, com poucos estudos abrangendo as regiões Norte, Nordeste e Sul do país. Estudos como os de MAZIERO et al. (2017), FORTES et al. (2018), ARAÚJO et al. (2022) e LEITE et al. (2021) são exemplos dessa concentração geográfica.

Até o momento, não foram encontrados registros de estudos nacionais que tenham investigado a relação entre segurança alimentar, níveis de insegurança alimentar domiciliar e os locais de aquisição de alimentos, considerando as diferentes macrorregiões do Brasil. Essa lacuna na literatura é relevante, uma vez que cada região apresenta características socioeconômicas e geográficas distintas, o que pode influenciar a disponibilidade e o acesso aos alimentos.

## **6.4 MÉTODOS**

### *População de estudo e coleta dos dados*

Trata-se de um estudo transversal de base populacional com os microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017/2018), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A POF é uma pesquisa domiciliar de abrangência nacional que tem como objetivo disponibilizar informações sobre a

composição orçamentária doméstica e gerar bases de dados e estudos sobre o perfil nutricional da população. A pesquisa adota um plano amostral conglomerado em dois estágios com estratificação geográfica (macrorregiões brasileiras e do Distrito Federal, situação urbana/rural) e estatística (variável renda domiciliar, segundo o censo demográfico 2010). As informações coletadas na pesquisa foram obtidas diretamente dos 55.920 domicílios particulares permanentes, onde é identificada a unidade de consumo que compreende a um único morador ou conjunto de moradores, selecionados no período de julho de 2017 a julho de 2018, por meio de entrevistas realizadas pelas equipes regionais do IBGE, durante nove dias consecutivos.

#### *Instrumentos de coleta de dados*

As informações da POF foram obtidas a partir de questionário domiciliar com o objetivo de mensurar dados referentes às características do domicílio e dos moradores, suas aquisições individuais e coletivas, condições de vida, trabalho e rendimento individual, e consumo alimentar pessoal, aplicados aos domicílios selecionados. Às informações analisadas neste estudo compreendem os registros da caderneta de aquisição de alimentos coletiva do domicílio onde foram anotadas pelo chefe do domicílio ou pelo entrevistador do IBGE caso necessário todas as informações referentes às aquisições de alimentos e de bebidas durante sete dias consecutivos, de todos os moradores do domicílio,. A caderneta foi preenchida detalhadamente com a inclusão de todos os itens adquiridos para consumo da família (quantidade do produto; a unidade de medida como o peso ou volume e o tipo do produto adquirido, o valor em reais) e os locais de aquisição ( supermercado, padaria, lanchonete, açougue, peixaria, feira livre, drogaria, etc).

#### *Locais de aquisição de alimentos*

Os diferentes locais de aquisição de alimentos relatados na POF 2017-2018 foram organizados em quatro grupos, segundo a natureza dos principais produtos disponíveis e características específicas de comercialização: Grupo 1- Supermercados (supermercados, hipermercados e atacadistas); Grupo 2- Pequenos mercados (mercado, minimercado, mercearia, padaria, armazém, empório, loja de doces e produtos naturais); Grupo 3- Feiras/hortifrutis/mercados públicos (feiras de

alimentos, quitanda, verdureira, sacolão, frutaria) e Grupo 4- Outros (lojas de conveniência de posto de gasolina, farmácias, escolas, igrejas, trailers, lanchonete, restaurante, pastelaria, cafeteria e delivery). Esses grupos foram detalhados no Quadro 1. Considerando o percentual de menos de 10% de alimentos adquiridos no Grupo 4, este não foi considerado nas análises de dados a posteriori.

**Quadro 1.** Grupos dos locais de aquisição e detalhamento segundo características específicas de comercialização. POF 2017-2018.

<b>Grupos</b>	<b>Denominação</b>	<b>Detalhamento dos locais de aquisição</b>
Grupo 1	Supermercados	supermercado, hipermercado e atacadista.
Grupo 2	Pequenos mercados	mercado, minimercado, mercearia, padaria, açougue, armazém, empório, loja de doces e de produtos naturais.
Grupo 3	Feiras/hortifrutis/mercados públicos	feira de alimentos, hortifrúti, quitanda, verdureira, sacolão, frutaria, central de abastecimento, mercado público.
Grupo 4	Outros	outros locais de aquisição de alimentos, como lojas de conveniência de postos de gasolina, farmácias, escolas e igrejas.

### *Insegurança alimentar dos domicílios*

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) foi utilizada na POF para classificar a situação dos domicílios em segurança alimentar ou níveis de IA (leve, moderada ou grave). Para esse estudo, foi realizado o agrupamento em três categorias de comparação: (i) segurança alimentar (ii) IA leve; e (ii) IA moderada/grave.

A EBIA constitui um total de 14 perguntas direcionadas ao domicílio, sendo 8 para

moradores com 18 anos ou mais de idade e outras 6 questões para os moradores menores de 18 anos, caso exista no domicílio. As perguntas possuem graus de severidade crescente, indo da preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida se algum morador fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida nos últimos três meses.

Quando todas as perguntas são respondidas negativamente pelo chefe do domicílio, a família é classificada em situação de segurança alimentar e quando há respostas negativas elas podem ser classificadas em situação de IA leve, moderada ou grave (SEGALL-CORRÊA *et al.*, 2014). Nesse estudo, os níveis de IA moderada/grave foram analisados em conjunto para captar melhor a severidade no acesso aos alimentos das famílias e sua relação com os locais de aquisição de alimentos.

#### *Demais variáveis de estudos*

As características da população foram avaliadas com base nas seguintes informações sociodemográficas: perfil do chefe da famílias (sexo, idade, escolaridade, cor/raça, renda), localização dos domicílios (área urbana e rural) e grandes regiões (norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste). Essas informações foram obtidas nos questionários de características do domicílio e dos moradores.

#### *Análise estatística*

Inicialmente, foi estimado o perfil sociodemográfico das famílias para o Brasil e também estratificado pelas cinco regiões. Adicionalmente, as prevalências nacionais dos locais de aquisição foram calculadas e estratificadas segundo a condição de segurança alimentar e níveis de IA das famílias estimadas pela EBIA, comparando a significância entre as estimativas com base no teste qui-quadrado (valor de  $p < 0,05$ ). Na última etapa, foi feita análise estratificada da relação entre os níveis de segurança alimentar e IA e local de aquisição de alimentos, segundo as cinco macrorregiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul). As análises foram realizadas no programa estatístico STATA 16.0 (<https://www.stata.com>) no modo survey, que considera a amostra expandida, estimando os intervalos de confiança (IC) no nível de significância de 5% (IC 95%)

para verificação das associações estatísticas testadas.

### *Aspectos éticos*

Quanto aos aspectos éticos, de acordo com a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), pesquisas que utilizam dados secundários disponíveis e de domínio público que não identifiquem os participantes da pesquisa não necessitam de aprovação pelo CONEP. Assim, não foi necessária aprovação para o presente estudo.

## **6.5 RESULTADOS**

Na Tabela 1 encontra-se a análise sociodemográfica das famílias avaliadas no Brasil e segundo as regiões. Observa-se que entre as famílias analisadas, a maioria tinha a pessoa de referência do sexo feminino. Em relação à escolaridade, mais da metade possuíam menos de 8 anos de estudo. As regiões Norte (63,2%) e Nordeste (61,8%) apresentaram as maiores prevalências de baixa escolaridade, enquanto a região Sul teve a maior proporção de pessoas com mais de 8 anos de estudo (52,3%), com diferença estatisticamente significativa em relação às outras regiões ( $p$ -valor $<0,001$ ). A prevalência da pessoa de referência do domicílio com cor ou raça classificada como branca foi de (52,4%); e (47,6%), eram pretas ou pardas. As regiões Nordeste e Norte apresentaram maiores proporções de pretos e pardos (76,2 e 69,9%, respectivamente) e a região Sudeste apresentou a menor proporção (18,7%) com diferença estatisticamente significativa entre as duas primeiras e a última.

O Norte e o Nordeste têm as proporções mais altas de indivíduos com renda inferior a 1 salário mínimo, sendo 29,9% e 58,5%, respectivamente. Por outro lado, o Sudeste e o Centro-Oeste apresentam as proporções mais altas de indivíduos com renda acima de 2 salários mínimos, representando 44,5% e 47,6%, respectivamente. Quanto à localização dos domicílios, mais de  $\frac{2}{3}$  das famílias viviam em áreas urbanas, sendo menor esse percentual no Nordeste (79,2%) e maior na região Sul. No país como um todo, a porcentagem de pessoas em situação de segurança alimentar foi de 65,8% (IC 95%: 64,9 - 66,8). A região Norte apresentou menor



proporção de famílias em situação de segurança alimentar, enquanto que na região Sudeste, foi observado cenário mais favorável.

Em todo o país, a porcentagem de pessoas em situação de IA leve foi de 23,3% (IC95%: 22,6-24,1). As regiões Norte e Nordeste apresentaram a maior proporção desta condição, enquanto que nas regiões Sul e Sudeste a IA leve foi menor. Analisando os níveis severos da IA (IA moderada+grave), quase  $\frac{1}{3}$  das famílias do Norte do país não conseguiam garantir o acesso adequado à alimentação, em quantidade e qualidade, padrão diferente do observado entre as famílias do Sudeste do Brasil. **(Tabela 1)**.

Ao analisar os dados referentes aos locais de aquisição de alimentos de acordo com os níveis de SA e IA, observou-se que as famílias em situação de SA, apresentaram maior proporção de aquisição de alimentos em supermercados (49,1%) e pequenos mercados (32,5%), em comparação com feiras/hortifrutis/mercados públicos (14,3%) (p-valor < 0,001). Entre famílias em situação de IA leve, que sofrem com dificuldades qualitativas no acesso a alimentos adequados, foi observado um padrão semelhante de aquisição de alimentos em feiras/hortifrutis/mercados públicos em comparação aos domicílios em situação de SA (14,7% versus 14,3%). Nos casos mais severos de IA (IA moderada/grave), quase metade dos domicílios relataram adquirir alimentos em pequenos mercados, uma proporção significativamente maior do que nos domicílios nas outras situações de insegurança alimentar. **(Figura 1)**.

Observando a relação entre a SA/IA e os locais de aquisições de acordo com as macrorregiões brasileiras, nota-se que as famílias em SA, localizadas nas regiões Norte (41,8%) e Nordeste (43,2%), realizaram suas aquisições predominantemente nos pequenos mercados (p-valor<0,001), enquanto nas regiões Sul (54,9%), Sudeste (53,6%) e Centro Oeste (52%), a aquisição foi hegemonicamente nos supermercados. Famílias em situação de IA leve, que tinham comprometimento qualitativo no acesso aos alimentos e que residiam nas regiões Norte e Nordeste, realizaram mais as aquisições nos pequenos mercados (p-valor<0,001). Entretanto, famílias na mesma condição de IA que residiam nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, a aquisição foi predominantemente nos supermercados. Avaliando as formas severas da IA (IA moderada/grave) das famílias e os locais de aquisição de

alimentos, a escolha pelos pequenos mercados foi priorizada entre todas as macrorregiões brasileiras, não sendo significativamente estatística na região sudeste. Apesar da aquisição em feiras/hortifrutis/mercados públicos não ter sido significativa entre a SA e níveis de IA em cada uma das cinco regiões brasileiras, quando comparamos as proporções observadas dos alimentos comprados nesses locais entre famílias em SA ou IA leve, foi na região Nordeste que um número significativamente maior optou pela compra de alimentos nesses locais (20,0%; IC95% 18,9-21,2), enquanto entre famílias do Sudeste, a proporção foi expressivamente menor (8,2%; IC95% 7,4-9,0) (**Tabela 2**)

## 6.6 DISCUSSÃO

O presente estudo caracterizou os distintos locais de aquisição de alimentos frequentados por famílias em diferentes estágios de segurança alimentar (SA) e insegurança alimentar (IA). Os resultados obtidos evidenciaram diferenças substanciais entre as categorias de estabelecimentos de aquisição de alimentos analisadas, sugerindo que as famílias em situação de segurança alimentar têm uma inclinação acentuada para optar pelos supermercados como sua principal fonte de aquisição de alimentos. Esses achados corroboram estudos prévios conduzidos no Brasil, os quais também identificaram os supermercados como as principais fontes de alimentos para as famílias (COSTA et al., 2013; MACHADO et al., 2017).

O setor de supermercados desempenha um papel dominante no varejo de alimentos brasileiro, contando com diversas redes de âmbito nacional e regional que atuam em todo o país, oferecendo uma ampla gama de produtos alimentícios e não alimentícios, bem como serviços como padarias, açougues e hortifrúti (ABRAS, 2022). Existem diferenças significativas na concentração e oferta de supermercados entre as diferentes regiões do país (BEZERRA, 2020; MATIOLI, 2020), onde características socioeconômicas e demográficas podem influenciar a presença e operação desses estabelecimentos. Regiões com maior poder aquisitivo e infraestrutura mais desenvolvida tendem a atrair investimentos de grandes redes, enquanto regiões com menor desenvolvimento econômico e menor população podem apresentar uma oferta mais limitada de supermercados (DURAN, 2013; FORTES, 2018).

Vários estudos têm mostrado uma relação direta entre a frequência de compras em supermercados e o consumo de alimentos ultraprocessados (TAILLE et al., 2016; HAWKES, 2008; COSTA et al., 2013). Essas pesquisas geralmente avaliam a variedade, exposição e estratégias de marketing desses produtos nas prateleiras (WAKABAYASHI-MUROYA et al., 2018; CAMARGO et al., 2020). O amplo oferecimento de alimentos ultraprocessados nos supermercados é uma preocupação em relação à saúde pública, pois o consumo excessivo desses produtos está associado a diversos problemas de saúde, como obesidade, doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2 (MONTEIRO et al., 2019; BESLAY et al., 2020; LOUZADA et al., 2022).

É relevante destacar que, apesar da ampla utilização dos supermercados como principais estabelecimentos de venda de alimentos, existem outras alternativas de comércio varejista no Brasil, como os pequenos mercados e as feiras livres, que desempenham um papel significativo, principalmente em regiões com menor acesso aos supermercados. Esses estabelecimentos diferem em relação aos produtos comercializados, tamanho e estrutura física (MOURA, 2005; JUNIOR et al., 2019).

Conforme evidenciado pelos resultados desta pesquisa, constata-se que famílias em situação de insegurança alimentar (IA), particularmente nos estratos mais graves, demonstram uma maior dependência em relação aos pequenos mercados como fonte primordial de abastecimento de alimentos. Estes estabelecimentos desempenham uma função de significativa relevância no fornecimento de itens alimentares, especialmente em áreas residenciais contíguas às comunidades que servem. Entretanto, os pequenos mercados podem não desfrutar da mesma capacidade de negociação quando se trata de adquirir mercadorias em grande escala, fato que pode impactar os preços de determinados produtos (PARENTE, 2000; THESE et al., 2010).

Uma pesquisa conduzida pela GfK Custom Research Brasil em colaboração com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), realizada em 2017, revelou que no Brasil, cerca de 90% dos pequenos mercados são de propriedade de famílias, se contrapondo à padronização e monopolização representada pelas grandes cadeias de supermercados. Em termos de categorias de produtos mais adquiridos, a seção de mercearia seca representou 20,3% das compras, seguida pelo açougue, com 17,4% de participação nas vendas. Outras seções que

contribuíram significativamente para a receita das pequenas lojas incluíram a mercearia líquida (12,4%), produtos perecíveis industrializados (7,9%) e frutas, legumes e verduras (7,8%) (ABRAS e GfK, 2018). Esses dados ressaltam a relevância dos pequenos mercados no panorama do comércio brasileiro e a preferência dos consumidores por adquirir alimentos e produtos básicos nessas lojas, destacando a importância de entender e apoiar esse setor na economia local.

No contexto brasileiro, existem indícios substanciais que apontam para uma maior concentração de estabelecimentos de aquisição de alimentos em áreas economicamente mais favorecidas, independentemente da natureza dos alimentos comercializados (FORTES, 2018). As discrepâncias identificadas entre os locais de aquisição de alimentos nas diferentes macrorregiões brasileiras destacam um aspecto marcante das desigualdades relacionadas ao acesso a uma alimentação suficiente e de qualidade. Embora a insegurança alimentar tenha se propagado como um fenômeno de alcance nacional, os dados apresentados nesta pesquisa permitem a identificação de situações que são típicas e que se agravam nas regiões economicamente menos favorecidas do país (MALUF et al., 2022).

Notadamente, nas regiões Norte e Nordeste, constatou-se uma preferência pelo uso de pequenos mercados como principal local de compra de alimentos pelas famílias, ao passo que nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste os supermercados são mais predominantes nesse sentido. É importante salientar que as regiões Norte e Nordeste apresentam maiores proporções de insegurança alimentar, além de registrarem os piores indicadores de renda e saúde em comparação com as demais regiões (IBGE, 2020; LIGNANI et al., 2020; PALMEIRA et al., 2020).

O Norte do país enfrenta desafios socioeconômicos historicamente discutidos na literatura (AZZONI et al., 2000; IBGE, 2018), principalmente em áreas mais remotas. Embora a região possua uma grande extensão territorial e seja rica em recursos naturais, a baixa densidade populacional e a falta de infraestrutura são fatores que impactam a geração de renda. Por sua vez, o Nordeste é conhecido por apresentar um nível de desenvolvimento socioeconômico mais baixo em comparação com outras regiões do país (IBGE, 2018; IPEA, 2015). Embora haja variações entre os estados nordestinos, a região enfrenta desafios como a carência de infraestrutura, o reduzido acesso a serviços básicos e altos índices de pobreza e desigualdade (CALDAS et al., 2015).

As regiões do Sudeste e Sul do Brasil experimentaram históricos processos que divergem substancialmente dos ocorridos nas regiões do Nordeste e Norte do país. Estas duas primeiras regiões ostentam a mais significativa concentração do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, sendo que o PIB combinado destas áreas (55% para o Sudeste e 16% para o Sul) denota a centralização da atividade econômica, uma tendência que perdurou ao longo do século XX. Adicionalmente, destaca-se que apenas os estados de São Paulo e Rio de Janeiro detêm aproximadamente 43% do PIB total do Brasil. É importante ressaltar que recentemente, esse epicentro econômico tem se deslocado em direção à região Centro-Oeste, a qual figura como a principal fronteira do agronegócio nacional, contribuindo com 9,4% do PIB nacional. Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste compartilham aproximadamente 20% do PIB nacional, ainda que a segunda apresente uma participação superior à região Centro-Oeste, destacando-se que o Nordeste abriga uma população significativamente maior (GRIN et al., 2021).

A disparidade na distribuição de renda se revela como o fator predominante na explicação das discrepâncias evidenciadas no presente estudo no que diz respeito ao acesso aos locais de aquisição de alimentos nas condições de segurança alimentar (SA) e insegurança alimentar (IA). Este cenário, somado a outras variáveis demográficas e populacionais, destaca de maneira notável a violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) nas diferentes macrorregiões do país. As famílias com maiores rendimentos demonstraram padrões de aquisição de alimentos distintos daquelas com renda mais baixa, com maior acesso a supermercados e feiras. Esse resultado ressalta a importância do acesso à renda como determinante na aquisição de alimentos e reforça a necessidade premente de estudos que investiguem os preços dos alimentos praticados no ambiente comercial.

Diversas iniciativas têm buscado valorizar e fortalecer esses espaços, como a criação de associações de feirantes, parcerias com órgãos governamentais e incentivos à agricultura familiar. Além disso, a conscientização sobre a importância da alimentação saudável, a valorização dos produtos locais e o comércio justo têm levado algumas pessoas a considerarem as feiras como uma opção para aquisição de alimentos. O fortalecimento do comércio local é uma estratégia relevante para promover o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade. Ao fortalecer os pequenos mercados, feiras livres e produtores locais, é possível aumentar a

disponibilidade de alimentos in natura, contribuindo para uma alimentação mais saudável (ARAUJO et al., 2018; FERNANDES DA LUZ et al., 2019; BRASIL, 2014).

Adicionalmente, o fortalecimento do comércio local contribui para o desenvolvimento econômico da região, ao apoiar os negócios locais. Essa prática estimula a geração de empregos e impulsiona a economia local, o que pode ter impactos positivos no bem-estar das famílias, na redução da pobreza e no crescimento sustentável da região. Estudos de referência (BROWN et al., 2008; PREISS et al., 2020; MALUF, 2021) destacam a importância dessa abordagem para o desenvolvimento econômico e social. Esse estudo apresenta limitações. A caderneta de aquisição coletiva do domicílio utilizada para registro dos locais de aquisição e dos alimentos adquiridos é preenchida pelos participantes da pesquisa e, portanto, está sujeita a erros de memória e imprecisões. Além disso, os registros na caderneta refletem os locais de aquisição de alimentos em um período específico de tempo, geralmente sete dias, sendo importante considerar que a disponibilidade e a localização dos estabelecimentos podem ter sofrido alterações ao longo do tempo. Essas limitações ressaltam a importância de realizar novos estudos para obter informações complementares sobre o tema.

## **6.7 CONCLUSÃO**

Este estudo possibilitou estabelecer uma relação direta entre as desigualdades no acesso e na disponibilidade de alimentos e as disparidades socioeconômicas que permeiam a sociedade brasileira. Para abordar efetivamente essas disparidades, é imperativo conceber e implementar políticas públicas que assegurem um acesso equitativo a alimentos saudáveis e de qualidade para todos os estratos da população, independentemente de sua renda ou localização geográfica.

**Tabela 1.** Análise descritiva com as prevalências (%) e respectivos intervalos de confiança (IC95%) das variáveis sociodemográficas e econômicas. *Pesquisa de Orçamentos Familiares, Brasil 2017-2018.*

Variáveis de estudo	Brasil		Norte		Nordeste		Sul		Sudeste		Centro Oeste	
	%	IC95%	%	IC95%	%	IC95%	%	IC95%	%	IC95%	%	IC95%
<b>Pessoa de referência</b>												
Sexo												
Masculino	47,0	46,2 - 47,8	50,8	48,6 - 52,3	48,4	47,3 - 49,5	46,3	44,8 - 47,8	45,4	43,7 - 47,2	46,7	44,3 - 49,1
Feminino	53,0	52,1 - 53,8	49,2	47,1 - 51,4	51,6	50,5 - 52,7	53,7	52,2 - 55,2	54,6	52,8 - 56,3	53,3	50,9 - 55,7
Escolaridade (anos)												
≤8	53,8	52,9 - 54,7	63,2	60,8 - 65,6	61,8	60,5 - 63,1	47,7	46,0 - 49,4	54,3	52,3 - 56,2	51,9	49,5 - 54,3
>9	46,2	45,3 - 47,1	36,8	34,4 - 39,2	38,1	36,9 - 39,4	52,3	50,6 - 54,0	45,7	43,8 - 47,7	48,1	45,7 - 50,5
Renda mensal per capita (salário mínimo*)												
≤1	29,9	29,0 - 30,8	58,5	55,6 - 61,4	49,7	48,2 - 51,2	19,8	18,4 - 21,2	17,1	15,7 - 18,7	21,6	19,6 - 23,8
>1 e ≤2	34,0	33,1 - 34,9	26,5	24,1 - 28,5	31,5	30,3 - 33,0	35,7	34,0 - 37,4	35,2	33,1 - 37,4	37,1	34,2 - 40,0
>2	36,1	34,9 - 37,4	15,2	13,2 - 17,5	18,7	17,2 - 20,2	44,5	42,3 - 46,9	47,6	45,3 - 50,0	41,3	37,6 - 45,1
Raça/cor												
Branca	52,4	51,4 - 53,4	23,8	21,6 - 26,0	30,1	28,9 - 31,5	60,5	58,7 - 62,4	81,3	79,8 - 82,6	44,2	41,4 - 47,1
Negros	47,6	46,6 - 48,6	76,2	74,0 - 78,4	69,9	68,5 - 71,1	39,5	37,6 - 41,3	18,7	17,4 - 20,2	55,8	52,9 - 58,6



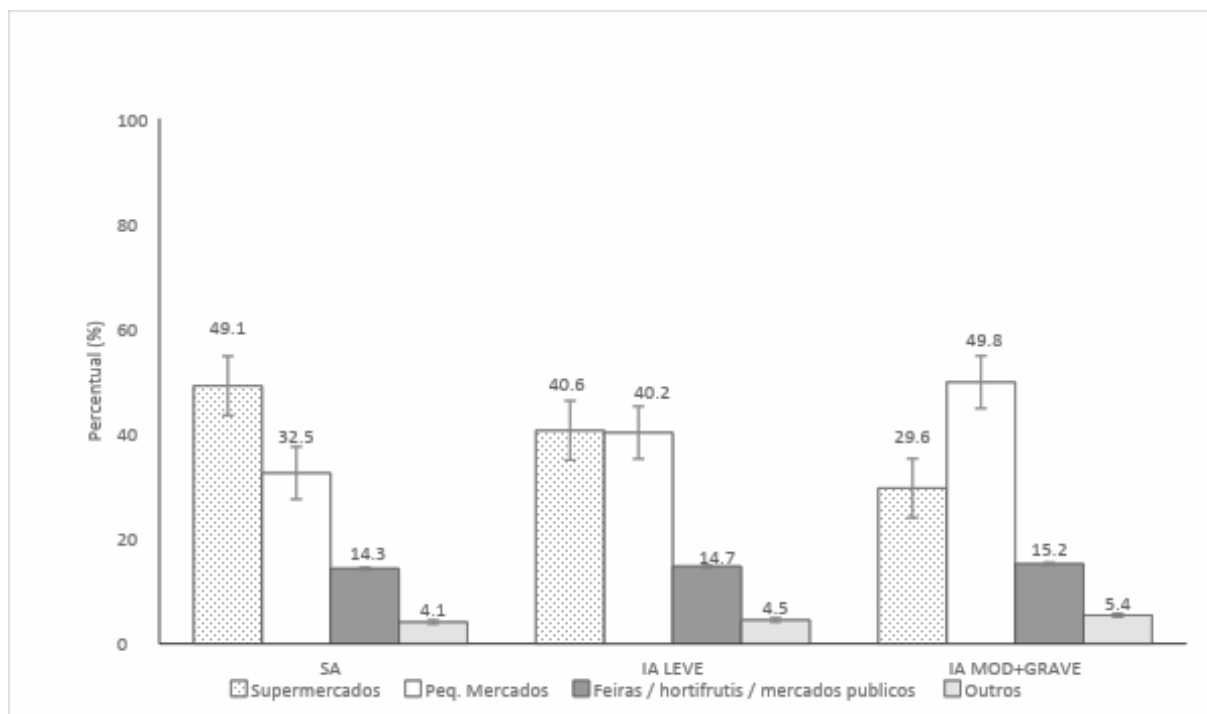
(continuação)

**Tabela 1.** Análise descritiva com as prevalências (%) e respectivos intervalos de confiança (IC95%) das variáveis sociodemográficas e econômicas *Pesquisa de Orçamentos Familiares*, Brasil 2017-2018.

Variáveis de estudo	Brasil		Norte		Nordeste		Sul		Sudeste		Centro Oeste	
	%	IC95%	%	IC95%	%	IC95%	%	IC95%	%	IC95%	%	IC95%
<b>Domicílio</b>												
Área												
Urbana	88,4	87,9 - 89,0	81,3	79,5 - 83,0	79,2	77,7 - 80,6	94,8	94,0 - 95,5	87,5	86,3 - 88,7	92,0	91,1 - 92,8
Rural	11,6	11,0 - 12,1	18,7	17,0 - 20,5	20,8	19,4 - 22,3	5,2	4,5 - 6,0	12,5	11,3 - 13,7	8,0	7,2 - 8,9
Local de aquisição de alimentos												
Supermercados	45,0	44,1-46,0	33,8	31,1-36,5	28,2	27,0-29,5	53,1	51,4-54,8	52,8	50,6-55,1	49,7	46,7-52,7
Pequenos Mercados	36,1	35,3,-37,0	48,0	46,5-50,4	47,0	45,8-48,2	29,8	28,4-31,3	33,4	31,4-35,6	29,7	27,4-32,1
Feiras/hortifrutis/mercados públicos	14,5	14,0-15,0	12,3	10,6-14,2	19,6	18,8-20,5	14,1	13,1-15,2	8,0	7,3-8,7	15,4	14,1-16,8
Outros	4,3	4,1 - 4,5	5,9	5,3 - 6,6	5,1	4,7 - 5,5	2,9	2,7 - 3,2	5,7	5,1 - 6,4	5,2	4,7 - 5,7
Situação de segurança alimentar/insegurança alimentar												
Segurança alimentar	65,8	64,9 - 66,8	40,1	37,2 - 3,0	51,9	50,4 - 53,4	71,7	69,9 - 73,5	81,7	80,2 - 83,2	68,4	65,8 - 70,9
Insegurança alimentar leve	23,3	22,6-24,1	33,0	30,6 - 35,4	30,2	28,9 - 31,4	21,5	20,1 - 23,0	14,2	13,0 - 15,5	21,6	19,6 - 23,7
Insegurança alimentar moderada/grave	10,8	10,3-11,3	27,0	24,7 - 9,3	17,9	16,9 - 19,0	6,7	6,0 - 7,5	4,1	3,4 - 4,8	9,9	8,3 - 11,8

IC95%: Intervalo de confiança de 95% \*Salário mínimo (R\$ 954,00)

**Figura 1.** Distribuição percentual (%) dos níveis de segurança alimentar (SA) e insegurança alimentar (IA) de acordo com os locais de aquisição de alimentos. *Pesquisa de Orçamentos Familiares, Brasil 2017-2018.*



Nota: IA moderada e grave analisadas na mesma categoria

**Tabela 2.** Análise descritiva com as prevalências (%) e respectivos intervalos de confiança (IC95%) dos locais de aquisição de acordo com os níveis de segurança alimentar (SA) e insegurança alimentar (IA) de acordo com as macrorregiões. *Pesquisa de Orçamentos Familiares, Brasil, 2017-2018.*

Níveis de SA/IA	Supermercados		Pequenos mercados		Feiras/hortifrutis/ mercados públicos		Outros		p-valor
	n (%)	IC95%	n (%)	IC95%	n (%)	IC95%	n (%)	IC95%	
<b>NORTE</b>									
Segurança alimentar	40,2	36,4-44,1	41,8	38,7-44,9	13,1	10,3-16,5	4,9	4,1-5,8	
Insegurança alimentar Leve	33,1	29,0-37,6	48,3	44,7-52,0	12,7	9,7-16,4	5,8	4,9-7,0	<0,001
Insegurança alimentar moderada/grave	25,1	21,8-28,7	56,8	53,3-60,2	10,7	9,2-12,3	7,4	6,3-8,7	
<b>NORDESTE</b>									
Segurança alimentar	32,0	30,2-34,0	43,2	41,6-44,8	20,0	18,9-21,2	4,7	4,3-5,2	
Insegurança alimentar Leve	25,9	24,2-27,6	49,5	47,8-51,2	19,3	18,1-20,6	5,3	4,8-5,8	<0,001
Insegurança alimentar moderada/grave	21,2	19,2-29,5	54,0	51,9-56,0	19,1	17,6-20,6	5,7	4,9-6,7	
<b>SUL</b>									
Segurança alimentar	54,9	53,0-56,7	29,7	26,3-29,6	14,4	13,2-15,8	2,8	2,5-3,1	
Insegurança alimentar Leve	51,9	47,8-54,2	32,4	29,9-34,9	13,4	11,4-15,6	3,2	2,6-3,9	<0,001
Insegurança alimentar moderada/grave	43,2	36,4-45,3	42,2	37,9-46,6	13,1	10,8-15,8	3,9	3,1-5,0	

(continuação)

**Tabela 2.** Análise descritiva com as prevalências (%) e respectivos intervalos de confiança (IC95%) dos locais de aquisição de acordo com os níveis de segurança alimentar (SA) e insegurança alimentar (IA) de acordo com as macrorregiões. *Pesquisa de Orçamentos Familiares*, Brasil, 2017-2018.

Níveis de SA/IA	Supermercados		Pequenos mercados		Feiras/hortifrutis/ mercados públicos		Outros		p-valor*
	n (%)	IC95%	n (%)	IC95%	n (%)	IC95%	n (%)	IC95%	
<b>SUDESTE</b>									
Segurança alimentar	53,6	51,2-55,9	32,4	26,3-29,6	8,2	7,4-9,0	5,8	5,1-6,7	
Insegurança alimentar Leve	51,4	46,9-55,8	36,3	29,9-34,9	7,0	5,6-8,5	5,4	4,2-6,8	<0,001
Insegurança alimentar moderada/grave	43,2	35,2-51,5	44,1	36,3-52,2	8,0	5,0-10,7	4,7	3,2-6,7	
<b>CENTRO OESTE</b>									
Segurança alimentar	52,0	48,5-55,5	27,2	24,7-29,8	15,6	13,9-17,5	5,2	4,6-5,8	
Insegurança alimentar Leve	47,5	43,8-51,2	33,2	30,3-36,6	13,8	11,6-16,3	5,5	4,5-6,7	<0,001
Insegurança alimentar moderada/grave	38,2	32,3-44,3	39,6	34,4-45,0	17,7	13,9-22,3	4,5	3,4-6,0	

IC95%: Intervalo de confiança de 95%

\*p &lt;0,05 (teste qui-quadrado de Pearson)

## 6.8 REFERÊNCIAS

MALUF, Renato Sergio; BURLANDY, Luciene. Sistemas alimentares, desigualdades e saúde no Brasil: desafios para a transição rumo à sustentabilidade e promoção da alimentação adequada e saudável. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022. article.

INTERNATIONAL PANEL OF EXPERTS ON SUSTAINABLE FOOD SYSTEMS (IPES-FOOD). Unraveling the food health nexus: addressing practices, political economy, and power relations to build healthier food systems. Geneva: The Global Alliance for the Future of Food and IPES-Food, 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa Do Brasil. Poder Executivo. Brasília, DF, nº 179, 18 set. 2006.

LIGNANI, Juliana de Bem et al. Relationship between social indicators and food insecurity: a systematic review. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200068, 2020.

CASPI, Caitlin E. et al. The local food environment and diet: a systematic review. **Health & place**, v. 18, n. 5, p. 1172-1187, 2012.

GLANZ, Karen et al. Measures of retail food store environments and sales: review and implications for healthy eating initiatives. **Journal of nutrition education and behavior**, v. 48, n. 4, p. 280-288. e1, 2016.

LEITE, Maria Alvim et al. Is neighbourhood social deprivation in a Brazilian city associated with the availability, variety, quality and price of food in supermarkets?. **Public health nutrition**, v. 22, n. 18, p. 3395-3404, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: Primeiros resultados.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. p. 1- 72.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: Análise da segurança alimentar.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.p.1-69

MAZIERO, Carolina Carpinelli Sabbag; JAIME, Patrícia Constante; DURAN, Ana Clara. A influência dos locais de refeição e de aquisição de alimentos no consumo de frutas e hortaliças por adultos no município de São Paulo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, p. 611-623, 2017.

FORTES, Mariana Fernandes et al. Mapeando as desigualdades socioeconômicas na distribuição do comércio varejista local. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 25, n. 3, p. 45-58, 2018.

ARAÚJO, Melissa Luciana de et al. Características do ambiente alimentar comunitário e do entorno das residências das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 641-651, 2022.

LEITE, Maria Alvim et al. Inequities in the urban food environment of a Brazilian city. **Food Security**, v. 13, p. 539-549, 2021.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria et al. Refinement of the Brazilian household food insecurity measurement scale: recommendation for a 14-item EBIA. **Revista de Nutrição**, v. 27, p. 241- 251, 2014.

COSTA, Janaína Calu et al. Food purchasing sites. Repercussions for healthy eating. **Appetite**, v. 70, p. 99-103, 2013.

MACHADO, Priscila Pereira et al. Price and convenience: The influence of supermarkets on consumption of ultra-processed foods and beverages in Brazil. **Appetite**, v. 116, p. 381-388, 2017.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Geografia, comércio e consumo: os supermercados como tema geográfico. **Revista Espaço e Geografia**, v. 23, n. 2, p. 143: 161-143: 161, 2020.

MATIOLI, Victor; PERES, João. **Donos do mercado: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade.** Editora Elefante, 2020.

DURAN, Ana Clara da Fonseca Leitão. **Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

TAILLIE, Lindsey Smith; NG, Shu Wen; POPKIN, Barry M. Global growth of “big box” stores and the potential impact on human health and nutrition. **Nutrition reviews**, v. 74, n. 2, p. 83-97, 2016.

HAWKES, Corinna. Dietary implications of supermarket development: a global perspective. **Development policy review**, v. 26, n. 6, p. 657-692, 2008.

WAKABAYASHI-MUROYA, Jose L.; ALZAMORA-RUIZ, Jessica N.; GUERRERO-MEDINA, Carlos A. La influencia de los objetivos de compra en la efectividad de las acciones de trade marketing dentro de los supermercados. **Estudios Gerenciales**, v. 34, n. 146, p. 42-51, 2018.

CAMARGO, Anice Milbratz de et al. Content of Brazilian supermarket circulars do not reflect national dietary guidelines. **Health promotion international**, v. 35, n. 5, p. 1052-1060, 2020.

MONTEIRO, Carlos A. et al. Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. **Public health nutrition**, v. 22, n. 5, p. 936-941, 2019.

BESLAY, Marie et al. Ultra-processed food intake in association with BMI change and risk of overweight and obesity: A prospective analysis of the French NutriNet-Santé cohort. **PLoS medicine**, v. 17, n. 8, p. e1003256, 2020.

LOUZADA, Maria Laura da Costa et al. Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. e00323020, 2022.

MOURA, Thais Lacava de. Formatos de varejo de alimentos: um estudo sobre as preferências do consumidor. 2005.

JUNIOR, Newton Narciso Gomes; BORGES, Bárbara Loureiro. O varejo moderno de alimentos: modernidade e insegurança alimentar e nutricional. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 11-31, 2019.

PARENTE, Juracy. **Varejo no Brasil: gestão e estratégia**. Editora Atlas, 2000.

THESE, Denise; MATOS, Sandro D.; BRAMBILLA, Flávio R. Vantagens e desvantagens da centralização de compras no varejo. **Revista Ingepro – Inovação, Gestão e Produção**, v. 2, n. 7, p. 12-22, jul. 2010.

ABRAS e GfK, Revista SuperHiper, Edição de Junho de 2018. Disponível em:<http://abrasnet.com.br/edicoesanteriores/Main.php?MagID=7&MagNo=87>>.

Acesso em: 12 Out de 2022.

PALMEIRA, Poliana A.; SALLES-COSTA, Rosana; PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael. Effects of family income and conditional cash transfers on household food insecurity: evidence from a longitudinal study in Northeast Brazil. **Public Health Nutrition**, v. 23, n. 4, p. 756-767, 2020.

AZZONI, Carlos Roberto et al. Geografia e convergência da renda entre os estados brasileiros. **Desigualdade e pobreza no Brasil**, 2000.

IBGE. Aspectos Demográficos da Região Norte. 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm>. Acesso em: 05 jul 2023

IPEA. Índice de Vulnerabilidade Social. 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 2 jan 2023

CALDAS, Renata de Melo; SAMPAIO, Yony de Sá Barreto. Pobreza no nordeste brasileiro: uma análise multidimensional. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 19, p. 74-96, 2015.

GRIN, Eduardo Jose; DEMARCO, Diogo Joel; ABRUCIO, Fernando Luiz. Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro. 2021.

ARAUJO, Alexandre Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2018.

BGE. Censo Agro 2017. Resultados Definitivos. Informativos para download: Agricultura Familiar. Disponível em:



[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/informativos.htm](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/informativos.htm) Acesso em: 05 jul 2023

FERNANDES DA LUZ, Lidiane; MALUF, Renato S. Social participation in political spaces and the valuing of culture as empowering resources to promote access to quality food in Brazil. **Revue internationale des études du développement**, p. 115-136, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2a Edição. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BROWN, Cheryl; MILLER, Stacy. The impacts of local markets: A review of research on farmers markets and community supported agriculture (CSA). **American journal of agricultural economics**, v. 90, n. 5, p. 1296-1302, 2008.

PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sergio; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável. 2020.

MALUF, Renato S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, 2021.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Garantir o direito à alimentação adequada e combater a insegurança alimentar requer ações integradas que envolvam políticas públicas, ações da sociedade civil e parcerias entre diferentes setores. É fundamental adotar medidas que abordem tanto os determinantes sociais da insegurança alimentar quanto os aspectos estruturais do ambiente alimentar..

Nesse sentido, é importante investir em políticas públicas que promovam a agricultura familiar e a produção de alimentos saudáveis, incentivando a oferta de alimentos in natura e minimamente processados. Paralelamente, é fundamental promover a educação alimentar e nutricional, capacitando a população para fazer escolhas alimentares saudáveis e utilizar de forma adequada os recursos disponíveis.

Além disso, é necessário fortalecer os espaços de comercialização de alimentos saudáveis, como feiras livres, mercados municipais e cooperativas agrícolas, garantindo a diversidade de produtos e o acesso a preços justos. Também é importante promover ações que facilitem o acesso a alimentos em áreas periféricas e regiões de maior vulnerabilidade, como o estabelecimento de mercados itinerantes e a implantação de hortas comunitárias.

Por fim, é essencial fomentar parcerias entre os diferentes atores envolvidos, como governos, organizações não governamentais, setor privado e academia, para desenvolver estratégias conjuntas e integradas de combate à insegurança alimentar. Somente por meio de um esforço coletivo e abordagens abrangentes será possível enfrentar as desigualdades nos locais de aquisição de alimentos e garantir o direito à alimentação adequada para todos os brasileiros.

## 8. REFERÊNCIAS

OPAS, OMS. Folha Informativa Alimentação Saudável. Jun.2019. Disponível em: [Alimentação saudável - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde \(paho.org\)](#). Acesso em: 10/09/2021.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa Do Brasil. Poder Executivo. Brasília, DF, nº 179, 18 set. 2006.

BURITY, V. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: **Abrandh**, 2010. 204p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). América Latina e Caribe. Panorama da Segurança alimentar e nutricional. Sistemas Alimentares sustentáveis para acabar com a fome e a má nutrição. Santiago: FAO; 2017.

SCHMIDHUBER, Josef; TUBIELLO, Francesco N. Global food security under climate change. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 104, n. 50, p. 19703-19708, 2007.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Glossary on Right to Food**, p. 138. Rome, 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2023*, International Fund for Agricultural Development. Italy. Retrieved from <https://policycommons.net/artifacts/4547143/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world-2023/5370666/> on 13 Sep 2023. CID: 20.500.12592/f9dxd3.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria et al. Refinement of the Brazilian household food insecurity measurement scale: recommendation for a 14-item EBIA. **Revista de Nutrição**, v. 27, p. 241- 251, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Nota Técnica DA/SAGI/MDS nº 128/2010**: Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar. Brasília. 2010

VIGISAN – II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional- Rede PENSSAN, 2022.

CHEROL, Camilla Christine de Souza et al. Regional and social inequalities in food insecurity in Brazil, 2013-2018. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, p. e00083822, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: segurança alimentar 2013* Rio de Janeiro: IBGE; 2014.

HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da insegurança alimentar no brasil: análise dos dados da pnad de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 49-61, 4 fev. 2015. Universidade Estadual de Campinas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: Perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. p.1-119.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: Análise da segurança alimentar. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.p.1-69

DURAN, Ana Clara da Fonseca Leitão. **Ambiente alimentar urbano em São Paulo**,

**Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar.** 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). Mapeamento dos desertos alimentares no Brasil [Internet]. 2018. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br>. Acesso em: 12 de setembro de 2022.

CLARO, Rafael Moreira; MONTEIRO, Carlos Augusto. Renda familiar, preço de alimentos e aquisição domiciliar de frutas e hortaliças no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, p. 1014-1020, 2010.

BELIK, Walker. Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições. **Imaflora**, 2020.

MACHADO, Priscila Pereira et al. Is food store type associated with the consumption of ultra-processed food and drink products in Brazil?. **Public health nutrition**, v. 21, n. 1, p. 201-209, 2018.

SWINBURN, Boyd et al. Monitoring and benchmarking government policies and actions to improve the healthiness of food environments: a proposed Government Healthy Food Environment Policy Index. **Obesity reviews**, v. 14, p. 24-37, 2013.

HLPE. Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome, 2017.

GLANZ, Karen et al. Healthy nutrition environments: concepts and measures. **American journal of health promotion**, v. 19, n. 5, p. 330-333, 2005.

FORTES, Mariana Fernandes et al. Mapeando as desigualdades socioeconômicas na distribuição do comércio varejista local. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 25, n. 3, p. 45-58, 2018.

LOPES, Mariana Souza et al. Spatial inequalities of retail food stores may determine availability of healthful food choices in a Brazilian metropolis. **Public Health**

**Nutrition**, v. 25, n. 7, p. 1807-1818, 2022.

HLPE. Food losses and waste in the context of sustainable food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome, 2014.

RASTOIN, Jean-Louis; GHERSI, Gérard. Le système alimentaire mondial: concepts et méthodes, analyses et dynamiques. Éditions Quae, 2010.

MCMICHAEL, Celia; ROBINSON, Priscilla. Drivers of sustained hygiene behaviour change: a case study from mid-western Nepal. *Social science & medicine*, v. 163, p. 28-36, 2016.

BELIK, Walter. Estudo sobre a Cadeia de Alimentos. **Imaflora, Instituto Ibirapitanga, Instituto Clima e Sociedade**, 2020a.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro. *Rio de Janeiro: O cruzeiro*, 1946.

ABRAFRUTAS - Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados. **O Brasil é o terceiro maior produtor de frutas no mundo**. 2019. Disponível em: <https://abrafrutas.org/2019/03/07/brasil-e-o-terceiro-maior-produtor-de-frutas-do-mundo-diz-abrafrutas/> Acesso em: 23 jun. 2023.

COÊLHO, Jackson Dantas. Produção de grãos—feijão, milho e soja. 2018.

VILELA, Duarte et al. Produção de leite no cerrado: conjuntura e análises. 2022.

ARAGÃO, Adalberto; CONTINI, Elisio. O agro no Brasil e no Mundo: uma síntese do período de 2000 a 2020. Embrapa SIRE, 2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *The*

*State of Food Security and Nutrition in the World 2021*, International Fund for Agricultural Development. Rome, FAO.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. [acessado 2020 nov 03]. Disponível em: <https://brasil.un.org/>

MALUF, Renato Sergio; BURLANDY, Luciene. Sistemas alimentares, desigualdades e saúde no Brasil: desafios para a transição rumo à sustentabilidade e promoção da alimentação adequada e saudável. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022. article.

ALMEIDA, V. E. S.; CARNEIRO, F. F.; VILELA, N. J. Agrotóxicos em hortaliças: segurança alimentar, riscos socioambientais e políticas públicas para promoção da saúde. *Tempus: Actas em Saúde Coletiva*, Brasília, DF, v. 4, n. 4, p. 84-99, 2009.

CARNEIRO, F. F. et al. (Org.). Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LEACH, Melissa et al. Food politics and development. *World Development*, v. 134, p. 105024, 2020.

SACKS, G et al. "A proposed approach to monitor private-sector policies and practices related to food environments, obesity and non-communicable disease prevention." *Obesity reviews : an official journal of the International Association for the Study of Obesity* vol. 14 Suppl 1 (2013): 38-48. doi:10.1111/obr.12074

NESTLE, Marion. Food politics: How the food industry influences nutrition and health. University of California Press, 2019.

INTERNATIONAL PANEL OF EXPERTS ON SUSTAINABLE FOOD SYSTEMS (IPES-FOOD). Unraveling the food health nexus: addressing practices, political economy, and power relations to build healthier food systems. Geneva: The Global

Alliance for the Future of Food and IPES-Food, 2017.

SALLES-COSTA, Rosana et al. Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2022.

RIBEIRO, Helena; JAIME, Patrícia Constante; VENTURA, Deisy. Alimentação e sustentabilidade. **Estudos avançados**, v. 31, p. 185-198, 2017.

STUCKLER, David; NESTLE, Marion. Big food, food systems, and global health. **PLoS medicine**, v. 9, n. 6, p. e1001242, 2012.

STORY, Mary et al. Creating healthy food and eating environments: policy and environmental approaches. **Annu. Rev. Public Health**, v. 29, p. 253-272, 2008.

HLPE. Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome, 2020.

FILOMENA, Susan; SCANLIN, Kathleen; MORLAND, Kimberly B. Brooklyn, New York foodscape 2007–2011: a five-year analysis of stability in food retail environments. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v. 10, n. 1, p. 1-7, 2013.

MOOK K, Laraia BA, Oddo VM, Jones-Smith JC. Food security status and barriers to fruit and vegetable consumption in two economically deprived communities of Oakland, California, 2013-2014. **Prev Chronic Dis**, 2016.

CASPI, Caitlin E. et al. The local food environment and diet: a systematic review. **Health & place**, v. 18, n. 5, p. 1172-1187, 2012.

REUTTERER, Thomas; TELLER, Christoph. Store format choice and shopping trip types. **International Journal of Retail & Distribution Management**, v. 37, n. 8, p. 695-710, 2009.



TELLER, Christoph; DENNIS, Charles. The effect of ambient scent on consumers' perception, emotions and behaviour: A critical review. **Journal of Marketing Management**, v. 28, n. 1-2, p. 14-36, 2012.

ABRAS. Associação Brasileira de Supermercados. Disponível em: <http://abrasnet.com.br/edicoesanteriores/Main.php?MagID=7&MagNo=87> >. Acesso em: 12 Nov de 2022.

HAWKES, Corinna. Dietary implications of supermarket development: a global perspective. *Development Policy Review*, v. 26, n. 6, p. 657-692, 2008.

VEDOVATO, Gabriela Milhassi et al. Degree of food processing of household acquisition patterns in a Brazilian urban area is related to food buying preferences and perceived food environment. **Appetite**, v. 87, p. 296-302, 2015.

CANELLA, Daniela Silva et al. Consumo de hortaliças e sua relação com os alimentos ultraprocessados no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, p. 50, 2018.

LEVY, Renata Bertazzi et al. Distribuição regional e socioeconômica da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil em 2008-2009. *Revista de Saúde Pública*, v. 46, n. 1, p. 06-15, 2012.

MARTINS, Ana Paula Bortoletto et al. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). *Revista de Saúde Pública*, v. 47, p. 656-665, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2ª Edição. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

PARENTE, juracy. *Varejo no Brasil: Gestão e estratégia*. 1ª edição, Editora atlas, São Paulo, 2009.

ABRAS e GfK, Revista SuperHiper, Edição de Junho de 2018. Disponível em:<http://abrasnet.com.br/edicoesanteriores/Main.php?MagID=7&MagNo=87>>.

Acesso em: 20 Dez de 2022.

SANTIAGO, Rafael Do Amaral et al. Vulnerabilidade à insegurança alimentar no Brasil: um olhar sobre os dados da POF 2017-2018. **Revista Estudo & Debate**, v. 30, n. 1, 2023.

FERREIRA, Carolina Souza; ANDRADE, Fabíola Bof de. Desigualdades socioeconômicas associadas ao excesso de peso e sedentarismo em adolescentes brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 1095-1104, 2021.

SAES, Mirelle de Oliveira et al. Desigualdades socioeconômicas no consumo alimentar da população idosa brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 2621-2628, 2022.

SGAMBATO, Michele Ribeiro et al. Desigualdades na aquisição de alimentos de acordo com a renda e os perfis sociais do chefe de família no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 4303-4314, 2022.

RIBEIRO, Junior; PADRO, Jose; SAMPAIO, Daniel; DE CARLI, Luiza. Atlas das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo. 2021.

CLARO, Rafael Moreira; MONTEIRO, Carlos Augusto. Renda familiar, preço de alimentos e aquisição domiciliar de frutas e hortaliças no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 2010, 44: 1014-1020.

CASTRO, Josué de et al. Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. (No Title), 1968.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011.

MALUF, Renato S. Programas de desenvolvimento rural sustentável e a agricultura familiar no Brasil:: enfoques, atores e escalas. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 28, n. 1 e 2, p. 19-26, 2009.

LIGNANI, Juliana de Bem et al. Relationship between social indicators and food insecurity: a systematic review. ***Revista Brasileira de Epidemiologia***, v. 23, p. e200068, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: Primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. p. 1- 72.

DA SOCIEDADE CIVIL, Grupo de Trabalho et al. Relatório luz da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável: síntese. 2017. p. 15-21.

SALLES-COSTA, Rosana et al. National trends and disparities in severe food insecurity in Brazil between 2004 and 2018. *Current Developments in Nutrition*, v. 6, n. 4, p. nzac034, 2022.

VIGISAN – I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional- Rede PENSSAN, 2021.



GALINDO, Eryka et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. 2021.

BRAGA, L. **Relação entre excesso de peso e locais de aquisição de alimentos consumidos fora do lar no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Universidade de Fortaleza. Ceará. p. 46. 2017.

COSTA, Janaína Calu et al. Food purchasing sites. Repercussions for healthy eating. *Appetite*, v. 70, p. 99-103, 2013.

## 9. ANEXOS

Pesquisa de orçamentos familiares : 2017- 2018 : POF 3 - caderneta de aquisição coletiva : condições de vida e hábitos de consumo das famílias brasileiras.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento Gerência da Pesquisa de Orçamentos Familiares  <b>Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017 - 2018</b>  <b>POF 3 - Caderneta de Aquisição Coletiva</b>	<b>62 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO</b>
	<b>01 IDENTIFICAÇÃO GERAL</b>
	UF                      MUNICÍPIO                      DISTRITO                      SUBDISTRITO                      SETOR <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
	<b>02 IDENTIFICAÇÃO POF</b>
	CÓDIGO DO DOMICÍLIO                      PERÍODO TEÓRICO                      Nº DA UC                      Nº DE ORDEM DO INFORMANTE <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
	NOME DO INFORMANTE: _____
	<b>03 PREENCHIDO PELO PRÓPRIO INFORMANTE?</b> 1 <input type="checkbox"/> Sim    2 <input type="checkbox"/> Não
<p><b>Prezado(a) senhor(a),</b>          A sua colaboração no preenchimento diário desta caderneta representa uma efetiva contribuição para o sucesso da pesquisa de orçamentos familiares. Recordamos que as informações prestadas serão usadas exclusivamente para fins estatísticos e serão mantidas em sigilo, conforme estabelecido na lei 5.534 de 14/11/1968.          Muito obrigado por sua colaboração.</p>	
 <p><b>Condições de vida e hábitos de consumo das famílias brasileiras</b></p>	
<b>04 PERÍODO DE REFERÊNCIA</b>	<b>FORMA DE AQUISIÇÃO</b>
PERÍODO DE 7 DIAS <input type="text"/> a <input type="text"/> Data de início                      Data de término	Escreva nesta coluna, o código correspondente à Forma de Aquisição para cada um dos produtos relacionados: 01 - Monetária à vista para a Unidade de Consumo 02 - Monetária à vista para Outra Unidade de Consumo 03 - Monetária a prazo para a Unidade de Consumo 04 - Monetária a prazo para Outra Unidade de Consumo 05 - Cartão de crédito à vista para a Unidade de Consumo 06 - Cartão de crédito à vista para Outra Unidade de Consumo 07 - Doação 08 - Retirada do Negócio 09 - Troca 10 - Produção Própria 11 - Outra

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO	
<p align="center"><b>ANOTE NESTA CADERNETA TODAS AS AQUISIÇÕES COM:</b></p>	
<p>ALIMENTOS E BEBIDAS ARTIGOS DE LIMPEZA DOMÉSTICA COMIDA PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS OUTRAS PEQUENAS COMPRAS (PAPEL HIGIÊNICO, CARVÃO PARA CHURRASCO, FLORES NATURAIS, FÓSFORO, ETC.)</p>	
<p align="center"><b>O PREENCHIMENTO DE CADA COLUNA DEVE SER FEITO DA SEGUINTE FORMA:</b></p>	
<p align="center"><b>DESCRIÇÃO DETALHADA DO PRODUTO</b></p> <p>Escreva, nesta coluna: - A quantidade adquirida do produto; - A unidade de medida pela qual o produto foi adquirido. Registre o peso ou volume da unidade, sempre que for possível; e - O tipo do produto adquirido. Exemplos: 2 pacotes de 500 gramas de macarrão com ovos; 1 lata de 400 gramas de leite em pó integral; 5 quilos de arroz polido;</p>	
<p align="center"><b>VALOR (R\$)</b></p> <p>Escreva, nesta coluna, o total da aquisição do produto. Considere os centavos. Registre todas as aquisições efetuadas, inclusive as de pequeno valor.</p>	
<p align="center"><b>LOCAL DE AQUISIÇÃO</b></p> <p>Escreva, nesta coluna, o nome do local onde o produto foi adquirido. Exemplos: supermercado; vendedor ambulante; padaria; lanchonete; açougue; peixaria; feira livre ou feira; drogaria.</p>	
<p align="center"><b>ATENÇÃO</b></p>	
<p>Para os produtos que possuem diferentes características, os registros deverão ter suas especificações: <b>ORGÂNICO, LIGHT ou DIET.</b></p>	
<p align="center"><b>PARA OS PRODUTOS ABAIXO RELACIONADOS, AS ANOTAÇÕES DEVEM SER FEITAS DA SEGUINTE FORMA:</b></p>	
ARROZ	Arroz polido, arroz integral orgânico, arroz com casca, etc.
FEIJÃO	Feijão-preto, feijão-jalo, feijão-mulatinho, feijão-fradinho, feijão-preto orgânico, etc.
CARNE DE BOI	Alcatra orgânica, pá, contrafilé, costela de boi, chã de dentro, patinho, etc.
CARNE DE PORCO	Lombinho de porco, costelinha de porco, bisteca de porco, etc.
PEIXE	Peixe inteiro sardinha, peixe em postas badejo, peixe em filé fresco anchova, etc. (iniciar pela palavra peixe)
FILÉ DE PEIXE	Filé de peixe badejo fresco, filé de peixe merluza congelado, filé de peixe pescada embalado congelado, etc.
AVES	Frango vivo, frango abatido, frango congelado, coxa de frango, pato abatido, etc.
PÃO	Pão francês, pão doce, pão de forma light, pão de forma diet, etc.
LEITE	Leite de vaca in natura, leite em pó integral, leite de vaca orgânico, leite de vaca light, etc.
MACARRÃO	Macarrão com ovos, talharim sem ovos, macarrão instantâneo diet, macarrão com ovos light, etc.
ÓLEO	Óleo de soja, óleo de milho, óleo de algodão, óleo de girassol, óleo de granola, etc.
BISCOITO	Biscoito salgado, biscoito doce light, rosca doce, rosca salgada, etc.
CAFÉ	Café moído, café solúvel, café descafeinado, café moído orgânico, etc.
AÇÚCAR	Açúcar refinado, açúcar cristal, açúcar refinado light, açúcar mascavo, açúcar cristal orgânico, etc.
SAL e CONDIMENTOS	Sal refinado, sal grosso, sal refinado light, malonese diet, etc.
QUEIJO	Queijo de minas, queijo prato, queijo muçarela, queijo de minas light, etc.
LARANJA	Laranja-pera, laranja-seleta, laranja-da-bala, laranja-lima, etc.
BANANA	Banana-prata, banana-maçã, banana-da-terra, banana-nanica, etc.
REFRIGERANTE	Refrigerante de cola, refrigerante de guaraná, refrigerante de laranja light, etc. (iniciar pela palavra refrigerante)
MAÇÃ	Maçã gala, maçã argentina, maçã orgânica

Nº DO DIA						
63		1				
SITUAÇÃO DO QUADRO				Nº DA FOLHA		
1 <input type="checkbox"/> PESQUISADO COM REGISTRO		3 <input type="checkbox"/> PESQUISADO SEM REGISTRO		5 <input type="checkbox"/> NÃO PESQUISADO		
				0   1		
DESCRIÇÃO DETALHADA DO PRODUTO (QUANTIDADE, UNIDADE DE MEDIDA, PESO OU VOLUME E TIPO) (de 1 a 4)	FORMA DE AQUISIÇÃO (5)	VALOR (R\$) (6)	LOCAL DE AQUISIÇÃO (7)			
6 unidades de 50 gramas de pão francês	0   1	1,20	padaria			
1 litro de leite de vaca semidesnatado	0   1	1,10	padaria			
1 pacote de 500 gramas de café moído orgânico	0   1	2,75	supermercado			
250 gramas de queijo prato	0   1	2,00	padaria			
5 quilos de arroz polido	0   1	5,30	supermercado			
2 latas de 400 gramas de leite em pó integral	0   1	4,90	supermercado			
1 pacote de 500 gramas de macarrão com ovos	0   1	0,80	mercearia			
1 pacote de 200 gramas de biscoito salgado	0   2	0,75	vendedor ambulante			
1 pote de 500 gramas de margarina light	0   1	1,50	padaria			
2 quilos de alcatra	0   1	10,40	açougue			
2300 gramas de costela de boi	0   1	6,90	açougue			
1300 gramas de frango inteiro congelado	0   1	6,20	açougue			
2400 gramas de peixe corvina inteiro	1   1	8,40	natureza			
2400 gramas de filé de peixe pescada congelado	0   1	7,20	açougue			
6 unidades de 120 gramas de iogurte diet	0   1	2,40	supermercado			
1 quilo de sal refinado	0   1	0,46	armazém			
2 litros de refrigerante guaraná diet	0   1	1,55	supermercado			
2 pacotes de 200 gramas de biscoito doce light	0   1	3,60	supermercado			
12 latas de 350 mililitros de cerveja	0   1	8,40	supermercado			
1 unidade de quentinha (refeição pronta)	0   1	4,50	restaurante			
2 molhos de espinafre orgânico	0   7	1,00	feira-livre			
1 caixa de 1 quilo de sabão em pó	0   1	3,20	feira-livre			
2 dúzias de banana-maçã	1   0	3,00	domicílio			
1 quilo de banana-prata	0   1	1,70	sacola			
4 unidades de 90 gramas de sabão em pedra	0   1	1,20	drogaria			
1 saco de 15 quilos de ração para cachorro	0   1	26,80	supermercado			
2 pacotes com 10 unidades de papel higiênico	0   1	2,50	farmácia			
<b>EXEMPLOS DE DESCRIÇÃO DETALHADA DO PRODUTO</b>						
1 quilograma ou quilo de frango inteiro congelado	1 molho de agrião orgânico	1 pote de 250 gramas de margarina				
1 litro de leite de vaca integral	1 caixa com 450 gramas de sucrilhos	2 dúzias de ovos				
250 gramas de queijo prato light	1 pé de alface crespa	1 saco de 1 quilo de açúcar				
1 porção de pimenta malagueta	1 unidade inteira de melancia	1 bandeja de 720 gramas de salaminho				
<b>EXEMPLOS DE LOCAIS DE AQUISIÇÃO</b>						
Supermercado	Padaria	Farmácia	Armazém	Bar	Feira livre	Mercado
Vendedor ambulante	Peixaria	Mercearia	Loja de departamento	Varejo	Açougue	Lanchonete
Confeitaria	Quitanda	Sacola	Adega	Sorveteria	Depósito de doces	

GUIA DE REGISTRO DE COMPRAS			
<b>PRINCIPAIS ALIMENTOS E BEBIDAS</b>			
<b>LEITE</b> De vaca pasteurizado De vaca in natura Em pó integral Em pó desnatado Condensado	<b>DERIVADOS DO LEITE</b> Iogurte Manteiga Creme de leite Requeijão Queijo prato Queijo ralado Queijo minas Queijo provolone	<b>FARINHAS</b> Láctea Maisena Fubá De rosca De soja Nestlé De trigo De mandioca De aveia Sustagem	
<b>PÃO</b> Francês De milho De forma Doce De queijo De rabanada De centeio Integral	<b>BISCOITO E BOLO</b> Biscoito doce Biscoito salgado Bolo industrializado Rosca doce Rosca salgada	<b>AÇÚCAR</b> Cristal Refinado Demerara Adoçante artificial Mascavo	<b>CAFÉ</b> Moído Solúvel Descafeinado De cevada
<b>MASSAS</b> Macarrão com ovos Macarrão sem ovos Massa para pastel Massa com ovos para sopa Massa para pizza Talharim com ovos	<b>TEMPEROS</b> Sal grosso Sal refinado Pimenta-do-reino Massa de tomate Alho Vinagre de vinho Vinagre de álcool Malonense Caldo de carne Caldo de galinha	<b>ÓLEOS E GORDURAS</b> Azeite de oliva Azeite de dendê Gordura vegetal Óleo de soja Óleo de girassol Óleo de milho Óleo de amendoim Óleo de arroz Banha de porco	
<b>CARNES FRESCAS E CONGELADAS</b> Lombinho de porco Costelinha de porco Alcatra Patinho Chã de dentro Músculo Contrafilé Carne moída de segunda Fígado de boi Rabada Mocotó	<b>DERIVADOS DE CARNE</b> Toucinho de porco Salsicha em conserva Mortadela Linguiça Carne-seca Presunto Salami Patê de carne Patê de presunto	<b>PESCADOS</b> Camarão congelado Peixe sardinha inteiro fresco Peixe pescada amarela em postas Peixe em filé pescada congelado Caranguejo Siri Lula Peixe em filé merluza congelado	
<b>AVES</b> Frango vivo Peru abatido Peito de frango Frango congelado Fígado de galinha Asa de galinha	<b>OVOS</b> De galinha De codorna De pato De peru	<b>FEIJÃO</b> Roxo Preto Mulatinho Cariquinha Fradinho Rajado	<b>VERDURAS, LEGUMES E TUBÉRCULOS</b> Batata-inglesa Ervilha em conserva Palmito em conserva Alface Espinafre Abóbora Cenoura Tomate Pimentão
<b>FRUTAS</b> Maçã Abacaxi Laranja-lima Banana-prata Melão Tangerina Lixa Pêssego Morango	<b>BEBIDAS</b> Suco de fruta Refrigerante de guaraná Refrigerante de coca Vinho tinto Chá-mate Aguardente Cerveja Água mineral	<b>DOCES</b> Geléia de frutas Sorvete Gelatina De frutas em calda Bala Bombom	<b>REFEIÇÃO PRONTA</b> Marmita Quentinha Comida congelada Frango assado Salgadinho
<b>OUTROS PRODUTOS</b>			
<b>ALIMENTOS E HIGIENE PARA ANIMAIS</b> Ração para cão Ração para gato Sabão para cão Miho para galinha		<b>ARTIGOS DE LIMPEZA</b> Papel higiênico Água sanitária Saco de lixo Pano de chão Desinfetante Detergente Sabão em pó Cera Álcool	
<b>OUTROS ARTIGOS</b> Copo Prato Coador Guardanapo Lenço Papel toalha Vela Fósforos Papel alumínio		<b>FLORES NATURAIS</b> Rosa Cravo Margarida Violeta	



63	Nº DO DIA	
	1	
SITUAÇÃO DO QUADRO		Nº DA FOLHA
1 <input type="checkbox"/> PESQUISADO COM REGISTRO	3 <input type="checkbox"/> PESQUISADO SEM REGISTRO	5 <input type="checkbox"/> NÃO PESQUISADO
		0   1
DESCRIÇÃO DETALHADA DO PRODUTO (QUANTIDADE, UNIDADE DE MEDIDA, PESO OU VOLUME E TIPO) (de 1 a 4)	FORMA DE AQUISIÇÃO (5)	VALOR (R\$) (6)
LOCAL DE AQUISIÇÃO (7)		
EXEMPLOS DE DESCRIÇÃO DETALHADA DO PRODUTO		
1 quilograma ou quilo de frango inteiro congelado	1 molho de agrião orgânico	1 pote de 250 gramas de margarina
1 litro de leite integral	1 caixa com 450 gramas de sucríthos	2 dúzias de ovos
250 gramas de queijo prato light	1 pé de alface crespa	1 saco de 1 quilo de açúcar
1 porção de pimenta malagueta	1 unidade inteira de melancia	1 bandeja de 720 gramas de salaminho
EXEMPLOS DE LOCAIS DE AQUISIÇÃO		
Supermercado	Padaria	Farmácia
Vendedor ambulante	Peixaria	Mercadoria
Confeitaria	Quitanda	Sacola
	Armazém	Loja de departamento
	Adega	Bar
		Varejão
		Sorveteria
		Feira livre
		Açougue
		Depósito de doces
		Mercado
		Lanchonete













Nº DO DIA						
69		7				
SITUAÇÃO DO QUADRO				Nº DA FOLHA		
1 <input type="checkbox"/> PESQUISADO COM REGISTRO		3 <input type="checkbox"/> PESQUISADO SEM REGISTRO		5 <input type="checkbox"/> NÃO PESQUISADO		
				0   1		
DESCRIÇÃO DETALHADA DO PRODUTO (QUANTIDADE, UNIDADE DE MEDIDA, PESO OU VOLUME E TIPO) (de 1 a 4)		FORMA DE AQUISIÇÃO (5)	VALOR (R\$) (6)	LOCAL DE AQUISIÇÃO (7)		
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
-----						
EXEMPLOS DE DESCRIÇÃO DETALHADA DO PRODUTO						
1 quilograma ou quilo de frango inteiro congelado	1 molho de agnãõ orgânico	1 pote de 250 gramas de margarina				
1 litro de leite integral	1 caixa com 450 gramas de sucrinhos	2 dúzias de ovos				
250 gramas de queijo tipo light	1 pé de alface crespa	1 saco de 1 quilo de açúcar				
1 porção de pimenta malagueta	1 unidade inteira de melancia	1 bandeja de 720 gramas de salaminho				
EXEMPLOS DE LOCAIS DE AQUISIÇÃO						
Supermercado	Padaria	Farmácia	Armazém	Bar	Feira livre	Mercado
Vendedor ambulante	Peixaria	Mercearia	Loja de departamento	Varejo	Açougue	Lanchonete
Confitearia	Quitanda	Sacolão	Adega	Sorveteria	Depósito de doces	





EBIA)

<p>Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</p>  <p>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</p> <p>Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento Gerência da Pesquisa de Orçamentos Familiares</p> <p><b>Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017 - 2018</b></p> <p><b>POF 6 - Avaliação das Condições de Vida</b></p>	<b>60</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO</b>				
	01	IDENTIFICAÇÃO GERAL				
		UF	MUNICÍPIO	DISTRITO	SUB-DISTRITO	SETOR
		<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	02	IDENTIFICAÇÃO POF				
		CÓDIGO DO DOMICÍLIO	PERÍODO TEÓRICO	ABERTURA DA CADERNETA	NÚMERO DA UC	Nº DE ORDEM DO INFORMANTE
		<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
		NOME DO INFORMANTE: <input type="text"/>				
	03	SITUAÇÃO DO QUESTIONÁRIO <input type="checkbox"/> NÃO PESQUISADO				



**Condições de vida e hábitos de consumo das famílias brasileiras**

Por lei, as informações prestadas para as pesquisas do IBGE têm caráter confidencial e só podem ser utilizadas para fins estatísticos (Lei n.º 5534 de 14/11/1968).

61		AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA		
01	Na sua opinião, o rendimento total da sua família permite que você(s) leve(m) a vida até o fim do mês com: <b>V6101</b>			
1 <input type="checkbox"/> Muita dificuldade 2 <input type="checkbox"/> Dificuldade 3 <input type="checkbox"/> Alguma dificuldade		4 <input type="checkbox"/> Alguma facilidade 5 <input type="checkbox"/> Facilidade 6 <input type="checkbox"/> Muita facilidade		
02	Levando em conta a situação atual da sua família, qual seria o rendimento mensal familiar mínimo necessário para chegar até o fim do mês? <b>V6102</b>			
R\$ <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>				
03	Levando em conta a situação atual da sua família, qual seria o valor mensal mínimo necessário para cobrir os gastos com alimentação de toda sua família? <b>V6103</b>			
R\$ <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>				
04	Como avalia o padrão de vida da sua família em relação a:			
	1 Bom	2 Satisfatório	3 Ruim	
1 Alimentação <b>V61041</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2 Moradia <b>V61042</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3 Vestuário <b>V61043</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
4 Educação <b>V61044</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
5 Saúde <b>V61045</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
6 Lazer <b>V61046</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
05	Como avalia as condições de moradia da sua família em relação ao serviço de:			
	1 Bom	2 Satisfatório	3 Ruim	4 Não tem
1 Fornecimento de água <b>V61051</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2 Fornecimento de energia elétrica <b>V61052</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3 Iluminação de rua <b>V61053</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4 Coleta de lixo <b>V61054</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5 Limpeza e manutenção de rua <b>V61055</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6 escoamento da água da chuva <b>V61056</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7 Esgotamento sanitário <b>V61057</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8 Transporte coletivo <b>V61058</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	Há algum dos seguintes problemas no seu domicílio?			
	1 Sim	2 Não		
1 Pouco espaço <b>V61061</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
2 Casa escura, com pouca iluminação natural <b>V61062</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
3 Telhado com goteira <b>V61063</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
4 Fundação, paredes ou chão úmidos <b>V61064</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
5 Madeira das janelas, portas ou assoalhos deteriorados <b>V61065</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
6 Mosquitos ou outros insetos, ratos, etc. <b>V61066</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
7 Fumaça, mau cheiro, barulho ou outros problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria <b>V61067</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
8 Localizado próximo a rio, baía, lago, represa ou represa poluídos <b>V61068</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
9 Localizado em área sujeita a inundação <b>V61069</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
10 Localizado em encosta ou área sujeita a deslizamento <b>V61070</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
11 Violência ou vandalismo na sua área de residência <b>V61071</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
07	No período de referência de 12 meses, por motivo de dificuldade financeira, sua família atrasou o pagamento de alguma das seguintes despesas?			
	1 Sim	2 Não	3 Não se aplica	
1 Aluguel ou prestação da casa, apartamento <b>V61071</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2 Água, eletricidade ou gás <b>V61072</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3 Prestações de bens ou serviços adquiridos <b>V61073</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

08	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio <b>tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem</b> antes de poderem comprar ou receber mais comida? <b>V6108</b>	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não
09	Nos últimos três meses, os alimentos <b>acabaram</b> antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida? <b>V6109</b>	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não
10	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio <b>ficaram sem dinheiro</b> para ter uma alimentação saudável e variada? <b>V6110</b>	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não
11	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio <b>comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham</b> porque o dinheiro acabou? <b>V6111</b>	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não
<p><b>Se todos os quesitos de 08 a 11 forem iguais a Não → Encerre.</b></p> <p><b>Se em pelo menos um dos quesitos 08, 09, 10 ou 11 tiver uma resposta Sim:</b></p> <p><b>a. Se HOUVER algum morador da UC de 18 anos ou mais de idade → Siga quesito 12;</b></p> <p><b>b. Caso contrário → Passe para o quesito 16.</b></p>			
12	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade <b>deixou de fazer alguma refeição</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? <b>V6112</b>	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não
13	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez <b>comeu menos do que achou que devia</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? <b>V6113</b>	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não
14	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez <b>sentiu fome, mas não comeu</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? <b>V6114</b>	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não
15	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, <b>fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? <b>V6115</b>	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não
<p><b>Se HOUVER algum morador da UC de menos de 18 anos de idade → Siga quesito 16;</b></p> <p><b>Caso contrário → Encerre.</b></p>			
16	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, <b>deixou de ter uma alimentação saudável e variada</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? <b>V6116</b>	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não
17	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, <b>comeu menos do que deveria</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? <b>V6117</b>	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não
18	Nos últimos três meses, alguma vez, <b>foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições</b> de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida? <b>V6118</b>	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não
19	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, <b>deixou de fazer alguma refeição</b> , porque não havia dinheiro para comprar comida? <b>V6119</b>	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não
20	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, <b>sentiu fome, mas não comeu</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? <b>V6120</b>	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não
21	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, <b>fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? <b>V6121</b>	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não

## OBSERVAÇÕES

FAACSIMILE